



MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, nos dias 28 e 30 de maio de 2019, por Hebert Vilson França e Eliane Alves Alípio.

Mário Sérgio Marques Soares nasceu em 12 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro, capital. É filho de Mário Soares de Mendonça, ilustre advogado de ofício da Defensoria Pública e antigo juiz-auditor do Superior Tribunal Militar (STM), e de Amélia Marques Soares. Seu irmão, Carlos Alberto Marques Soares, é ministro aposentado do STM. Casou-se com Rosa Maria Firmo Vieira, em 1978, e teve dois filhos: Daniel Vieira Soares e Edgar Vieira Soares. Em 2004, concluiu o curso de especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados, pela Universidade de Brasília (UnB). Ingressou no Ministério Público Militar (MPM) após aprovação no 4º concurso público para preenchimento de cargos iniciais da carreira. Em 4 de fevereiro de 1985, foi nomeado procurador militar de segunda categoria, em vaga existente junto à auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em Manaus, Amazonas. Em 1987, removeu-se da Auditoria da 8ª CJM, em Belém, Pará. Em dezembro de 1990, a pedido, removeu-se por permuta, da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM para a 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, permanecendo em exercício na Auditoria da 6ª CJM, em Salvador, Bahia, por interesse da Administração. Em outubro de 1991, removeu-se a pedido da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM para a Auditoria da 4ª CJM, em Juiz de Fora, Minas Gerais. No ano seguinte, em maio, foi removido, *ex officio*, para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, Distrito Federal, em razão de sua promoção, em 7 de maio de 1992, por merecimento, ao cargo de Procurador Militar de Primeira Categoria, com exercício perante o Superior Tribunal Militar, cargo que, posteriormente, com o advento da Lei Orgânica do Ministério Público da União, passou a ser denominado Procurador de Justiça Militar. Novamente foi promovido por merecimento, em 9 de janeiro de 1995, ao cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar. Participou do ciclo de palestras sobre “A Justiça Militar brasileira no contexto

do projeto de intercâmbio entre os Ramos Castrenses Angola/Brasil”, em 1997. Em seus 32 anos de atuação ministerial, ocupou diversos cargos: vice-procurador-geral de Justiça Militar, em 2008; vice-presidente do Conselho Superior, em 1996 a 1998 e em 2015 a 2016; corregedor-geral, de 1995 a 1996 e de 2003 a 2006; membro e coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, de 2000 a 2002 e de 2010 a 2014; integrante da Comissão Editorial da Revista do MPM, em 1998; membro da Comissão Geral Eleitoral do Colégio de Procuradores de Justiça Militar, em 1994 e 2015; membro e presidente, respectivamente, das Comissões Gerais Eleitorais da 6ª e 7ª Eleições para Procurador-Geral de Justiça Militar, em 2002 e 2004; membro da Comissão Geral Eleitoral referente à escolha do representante do MPM no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 2005, e presidente da Comissão, em 2015; membro da Câmara Deliberativa do Conselho da Ordem do Mérito do MPM, em 2009; presidente do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, em 2015; e presidente do Conselho Consultivo da Memória Institucional, de 2016 a 2017. Além de ter exercido, em diversas oportunidades, o cargo de procurador-geral de Justiça Militar, foi também presidente do Conselho Curador da Fundação Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário (IBDMH), em 2008. Foi agraciado pela Ordem do Mérito Judiciário Militar ao grau de Alta Distinção, em 1998; pela Ordem do Mérito Aeronáutico ao grau de Comendador, em 28 de setembro de 1999; Medalha do Pacificador (Exército Brasileiro), em 2002; Ordem do Mérito Naval, ao grau de Comendador, em 9 de maio de 2002; Ordem do Mérito Militar, grau de Comendador, em 28 de março de 2003.

Aposentou-se, voluntariamente, em 1º de setembro de 2017, no cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar. Atualmente, é diretor de Aposentados

e Pensionistas da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), tendo participado da 15ª, 16ª, 18ª e 20ª Diretorias da Associação.

Memória MPM – O senhor nasceu no Rio de Janeiro (RJ)?

Mário Sérgio Marques Soares – Nasci no Rio de Janeiro, RJ. Em 1949, meus pais moravam em Copacabana. Quando nasci (sou o caçula), minha irmã mais nova tinha 11 meses e 12 dias, minha outra irmã dois anos e meu irmão mais velho 6 anos, então mamãe se desdobrava. Nós morávamos no Posto 6, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 1229, apartamento 6, terceiro andar de um prédio baixinho, sem pilotis e sem elevador. Nós tínhamos dois lances de escada. Moramos ali até 1956, quando nos mudamos para a rua Marquês de Abrantes, 126, no Flamengo. Fiquei lá o resto de minha infância e adolescência.

Memória MPM – E a formação, quais escolas frequentou?

Mário Sérgio Marques Soares – Aos quatro e cinco anos frequentei no jardim de infância do Colégio Fontainha, que ficava na rua Visconde de Pirajá, no iníciozinho de Ipanema, onde o bonde da Praça General Osório fazia a volta. Íamos sempre de bonde. Meu irmão também estudava lá, cursando o primário. Com a inauguração do primário do Colégio Santo Inácio, em 1955, fui estudar lá, estudar na primeira turma de primário do Santo Inácio. Era um colégio jesuíta com ensino muito puxado e rigoroso nos horários. Naquele tempo, as coisas não eram tão fáceis. Eu mesmo terminei meu ginásio em outro colégio, pois em 1962 mudamos para Marquês de Abrantes, no Flamengo. Em novembro de 2017, a minha turma comemorou 50 anos, e fui para as comemorações do cinquentenário da turma. Foi muito emocionante. É claro que muitos saíram, ou seja, não cursaram todo o ensino médio no Colégio

Santo Inácio. Lá eu fiz o primário, a admissão ao ginásio e primeiro ginásio. Reprovei no primeiro ginásio. Depois que mudamos para o Flamengo a vida estava ainda mais difícil e meu pai me transferiu do Colégio Santo Inácio para o Colégio Juruena, que ficava na Praia de Botafogo, onde eu podia ir à pé e fiz todo o ginásio; até voltei para o Santo Inácio, no primeiro científico, mas foi uma das épocas mais difícil da nossa vida e no meio do ano saí de lá para uma escola pública, o Colégio André Maurois, que era um colégio novo, recém inaugurado. Era um colégio piloto, cuja diretora era a dona Henriette de Hollanda Amado, esposa de Gilson Amado, famoso educador da década de 70; que tinha programa na antiga TV Educativa, da qual era diretor; Ele era irmão¹ do escritor Jorge Amado.

Dona Henriette, como a chamávamos, era tia do Chico Buarque. De vez em quando, o sobrinho famoso aparecia lá no colégio, e era aquela farra. Eu trabalhei no colégio, e a dona Henriette me pagava por isso. Ela era uma pessoa muito devotada à educação. O estado não mandava pessoal para ela, aí um dia ela reuniu alguns alunos, e eu estava entre esses alunos; e ela quis que o colégio tivesse aulas em áudio visual, já que havia um auditório muito bom, na parte de história, geografia e outras matérias. Na época, não era vídeo, era filme. Na verdade, a professora dava a aula, falava sobre aquele assunto na sala, e depois íamos para o auditório onde era passado um filme sobre aquele tema. Ela credenciou três alunos: eu, Carlos, amigo que morava também na Marquês de Abrantes e o Alan, mas somente eu e o Carlos ficamos, pois o Alan desistiu. Ela nos credenciou junto a todas as embaixadas no Rio de Janeiro. Naquele tempo, as embaixadas ainda tinham muita representação no Rio, e eles tinham

¹ Correção: Gilson Amado vem de uma família de escritores e é primo de Jorge Amado.

muito material em filmes educativos. A gente ia lá e buscava uma seleção de acordo com a matéria que a professora estava dando e nós conseguíamos os filmes, por uma semana. Os filmes, às vezes, vinham em mais de um rolinho e só tínhamos um projetor. Tínhamos que interromper o filme-aula para trocar o rolo. Chegando ao final do primeiro mês conversamos com a D. Henriette e ela, quando recebeu o seu salário de diretora, nos mandou comprar outra máquina igual. Ela não precisava daquilo, era uma pessoa de família com muitos bens e devotada ao Colégio.

Memória MPM – A ideia do senhor, nessa época, já era fazer Direito ou alguma coisa relacionada à Audiovisual?

Mário Sérgio Marques Soares – Absolutamente. Minha ideia sempre foi fazer Engenharia Civil. Jamais pensei em Direito. Tanto que fui fazer o curso de Engenharia em Barra do Piraí, RJ. Naquela época, passei um período um pouco perdido e em meio às dificuldades. O curso na Fundação Educacional Rosemar Pimentel (FERP), que também estava começando, era um curso meio compactado, não tinha férias nem nada, era corrido. A ideia era formar o pessoal em quatro anos, no máximo, cinco. Existia um outro de Engenharia, chamada Operacional, mas o engenheiro operacional tinha uma atuação limitada e eu não quis fazer Engenharia Operacional, cujo curso era de três anos. Enfrentei muitas dificuldades, pois tinha que pagar pensão, faculdade, não tinha carro, tinha que andar de “dedão”, pedindo carona na beirada da estrada, pois a faculdade ficava uns 12 quilômetros fora da cidade, mais ou menos, na estrada para Valença. Então a estudantada toda atravessava a cidade a pé e ia para o trevo de Barra do Piraí pedir carona. Já eramos conhecidos do povo

de Barra do Pirai e de Valença e, assim, eles sabendo das nossas dificuldades, davam carona para a estudantada. Passei algum tempo assim. Meu pai pagava as despesas com dificuldade, até que eu tive um problema de saúde lá em Barra do Pirai. Tive uma infecção renal, que foi diagnosticada como apendicite. Quando eles quiseram me operar, eu liguei para casa e contei para o meu pai. Ele foi lá me pegar, me levou para o Rio de Janeiro; tio Sylvio, irmão do papai, que era médico, morava no mesmo edifício que nós, na Marquês de Abrantes, foi lá, me examinou e disse: “Você não tem negócio de apendicite nem nada, você tá com uma infecção forte, mas vou te dar um antibiótico de um espectro um pouquinho mais amplo”. Isso foi 1968, 1969, mais ou menos. Então, tomei o antibiótico e depois de umas duas semanas de tratamento fiquei bom. Aí, eu vi não poderia continuar em Barra do Pirai.

Eu tinha uma irmã que se casou em 1966 e o marido, que era funcionário do Executivo veio transferido para Brasília. Eu vinha visitá-la sempre; e aí, coincidiu que, em uma dessas visitas, era época de vestibular, então, fiz o vestibular e entrei para o segundo semestre de 1971. Desse modo, fui estudar Engenharia Civil na UnB.

Morava na casa da minha irmã, provisoriamente, mas eu precisava trabalhar. Enquanto esperava para cursar a UnB fiz um curso de mestre de obras no CETEB – Centro de Ensino Técnico de Brasília. Ainda que não tivesse despesa de moradia, eu precisava de transporte, alimentação e uma série de coisas. Como é que ia sobreviver? Tinha que depender do meu pai de novo? Não dava. E eu fui trabalhar em uma construtora. Trabalhei dois anos; e perdi esses dois anos nos estudos, enquanto trabalhava na Construtora Elite. Fui ao Rio de Janeiro encomendar umas peças inox para eles e quando voltei, a construtora tinha

sido fechada; faliu. A UnB à época tinha pouquíssimos professores. Muitos foram cassados ou demitiram-se. Eu tinha provas todos os dias e de todas as matérias. Os livros eram divididos em capítulos que tínhamos que estudar. Os alunos de séries acima eram os monitores. Eu trabalhava na construção do Guará II. Corria para a UnB, fazia teste e voltava para o trabalho. Em 1974, falei: “Eu não posso continuar desse jeito, senão não vou formar nunca, como é que vou fazer? Já larguei uma faculdade para trás...”. Foi quando resolvi estudar Direito à noite. Fiz vestibular para o Centro de Ensino Universitário do Distrito Federal (UDF) e entrei lá em 1974.

Já em 1975, fui contratado como terceirizado no Ministério da Justiça. Eu não tinha como pagar minha faculdade, alimentação, pensão etc.... O dinheiro não dava nem dava para pagar a faculdade. Me inscrevi no Crédito Educativo, da Caixa Econômica Federal, que pagava um percentual durante o curso, para depois de formado eu pagar à Caixa. Eu fui dos poucos que realmente pagou tudo à Caixa Econômica Federal. Durante parte do curso de Direito, de 1975 até agosto de 1977, eu trabalhava no Ministério da Justiça, sendo Ministro à época, o Armando Falcão. Não morava mais com minha irmã, estava numa pensão na W3, na 703 Sul. Era o espaço da cama, uma pequenina estante e uma cadeira. Eu fazia trabalho de assessoria do diretor-geral de Administração, Péricles Sales Freire, me falou que estava sendo criado um cargo na assessoria que seria meu. Eu tinha feito um concurso do DASP no Ministério da Justiça para agente administrativo e tirei primeiro lugar. Aguardava nomeação quando o dr. Péricles pediu para sair. No lugar dele entrou uma pessoa cujo nome prefiro não externar. Ele trouxe outra pessoa de fora para o cargo da assessoria, que nada conhecia. Me chamou e disse para continuar com o mesmo serviço, para que essa pessoa assinasse. Me recusei e pedi para ir embora. O dr. Paulo

Cabral de Araújo era o Secretário-Geral e eu tinha bom relacionamento com ele. Pedi para ser nomeado – em face do concurso – e sair do DA. Ele me falou que eu teria que aguardar no mesmo setor. Prefери sair e fui morar na casa do meu irmão, Carlos Alberto que, nessa época, era assessor jurídico do Min. Deoclécio Lima de Siqueira, oriundo da Aeronáutica na vaga do Brig Honório, que havia aposentado.

A cada semestre era necessário renovar o Crédito Educativo. Em fevereiro de 1977, desempregado, cheguei no núcleo do Crédito Educativo da CEF na UDF e lá e uma moça loirinha chamada Rosa perguntou se eu não queria trabalhar no núcleo, pois o outro que lá estava havia formado e a Caixa só contratava estagiários estudantes. Aceitei de pronto. Fui para uma entrevista na CEF e me contrataram. Ganhava uma fortuna de meio salário mínimo, mas era melhor do que nada. Nos intervalos das aulas, eu corria para Crédito Educativo para atender os estudantes junto com a Rosa e o Raimundo, outro estagiário. Um belo dia ela apareceu e falou assim: “Olha, o pessoal que vai formar agora, no meio do ano, está pedindo para a gente ajudar a vender estes ingressos... Eles vão fazer um baile da saudade agora em maio para arrecadar fundos para a formatura. Vai ser no Minas Tênis Clube e vai ter o sorteio de uma televisão de 27 ou 29 polegadas”. “Leva a sua namorada”, ela jogou o verde. Eu pensei, aí tem, não é. Respon-di que não tinha namorada, mas se ela fosse eu compraria o ingresso. Ela disse: “Eu vou, claro, eu estou vendendo.” Falei: “Então, eu vou, se eu não ganhar a televisão, quem sabe eu não ganho a vendedora dos bilhetes?” Resultado: no dia 14 de maio de 1977, aniversário da minha avó, foi o dia da festa e o início do nosso namoro – graças a Deus, porque aí eu não esqueço que eu e a Rosa começamos a namorar nesse dia, que era aniversário da minha avó. Um ano e meio depois estávamos casados. Ela

realmente me deu sorte. Em 1977, não foi só o Crédito Educativo que eu renovei. Eu estava desempregado, mas um amigo levou minha ficha para a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB). Fui selecionado e contratado no dia 21 de março de 1977, como auxiliar técnico. Trabalhava no canteiro de obras. Fui trabalhar na 903 Sul, defronte da faculdade. Então, para mim, estava uma beleza. Terminava, batia o ponto no fim da tarde e ia direto para a faculdade.

Memória MPM – O senhor formou quando?

Mário Sérgio Marques Soares – Na verdade, eu terminei as matérias em dezembro de 1977, mas coleei grau em meados de 1978, em razão da prática forense e complementação de créditos. Na sequência, me inscrevi na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e na CEB comecei a advogar para colegas. A nossa fundação FACEB não dava assistência jurídica. Alguém me denunciou anonimamente à presidência da empresa e o presidente à época, Gastão Luiz de Andrade Lima, me chamou e perguntou se era verdade. Eu disse que sim e que advogava fora do horário do meu expediente para os colegas que não tinham como pagar e não cobrava deles. Ele disse tudo bem, continue seu trabalho. Isso me ajudou a manter o exercício da advocacia e poder fazer um concurso que exigisse prática forense, no caso o MPM. Na CEB algumas coisas me marcaram muito, entre elas o suicídio de um colega que trabalhava na minha sala. Ele entrou no banheiro e deu um tiro no peito... É interessante isso. Eu já estava casado. Nos casamos no Rio de Janeiro, na Igreja São José, na Lagoa, dia 3 de setembro de 1978, pois a maioria das nossas famílias morava no Rio de Janeiro.

Memória MPM – E o Ministério Público Militar?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu fiquei na CEB até que entrei no Ministério Público Militar. Fui desligado da CEB na manhã do dia 12 de fevereiro de 1985. Na parte da tarde tomei posse no MPM. Na semana anterior fui conversar com o presidente da CEB, Dr. Gastão. Ele ainda me ofereceu uma promoção a Advogado II (eu era Advogado I) para permanecer na empresa. Agradei, mas ponderei que como advogado eu não teria muita oportunidade profissional. A empresa é voltada para a engenharia elétrica.

Memória MPM – Alguma motivação para escolher o MPM?

Mário Sérgio Marques Soares – Em 1984 meu pai veio do Rio nos visitar e falou: “Você tem que fazer o concurso.” E ele me alertou para o fato de que o emprego na CEB não era muito seguro, de que não havia estabilidade lá: “Olha, pensa bem, o que aconteceu com você na CEB pode acontecer de novo.” Ele se referia às mudanças de governo no DF e de presidência da CEB em que o novo presidente muitas vezes demitia todos os contratados na gestão anterior.

Memória MPM – Seu pai ainda era juiz-auditor?

Mário Sérgio Marques Soares – Ele já estava aposentado. Papai caiu na compulsória em 1982 em Brasília. Em 1979, ele veio promovido para a vaga do Célio Lobão, que era o juiz-auditor titular aqui em Brasília. Meus dois filhos já haviam nascido, papai e mamãe estavam sempre aqui xeretando os

meninos. E o papai insistia que eu tinha que fazer concurso. Olha bem o que aconteceu com você em 1979. Não, você tem que fazer concurso, eu inscrevi você para fazer o concurso para a Defensoria Pública.” Falei: “Mas papai, como é que eu vou fazer concurso para a Defensoria Pública, eu nem estudo Direito Penal Militar, nada, não tem...” “Não senhor, o concurso vai ser agora e você vai fazer.” Claro que eu não fui bem-sucedido, entendeu? Mas fiz, para agradá-lo. Aí, ele ficou no meu pé: “Você vai fazer concurso para o MPM. Eu vou estudar com você, venho para cá.” Ele já queria vir por causa das crianças, mas aí veio à Brasília e começamos a estudar juntos.

Memória MPM – O Carlos Alberto Marques Soares, seu irmão, já era juiz-auditor?

Mário Sérgio Marques Soares – Carlos Alberto veio para Brasília em 1974, como assessor de ministro do Brigadeiro Honório Pinto Pereira de Magalhães Neto. Meu pai tinha sido convidado, mas recusou. “Não, não vou aventurar, eu vou sair daqui com a idade que estou? Meu filho é novo, formado há pouco tempo, para ele é bom, mas para mim, não.” Aí, indicou o meu irmão para a vaga. Em 1982, salvo engano, meu irmão fez o concurso para juiz-auditor. Assumi em Bagé. Aliás em 1984 aguardando as provas orais estive num seminário em Porto Alegre e fui à Bagé visitá-lo.

Memória MPM – Chegou a prestar concurso para juiz-auditor?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu não. Sempre falei que não faria concurso para juiz-auditor, já havia meu irmão seguido os passos do meu pai.

Memória MPM – Mas continuava estudando com seu pai?

Mário Sérgio Marques Soares – Para o concurso do MPM em 1984, eu estudava com papai. Ele passava as noites comigo estudando, tirando as dúvidas. Me deu o Código Penal Militar dele, todo marcadinho. “Olha, isso aqui... Não, o Tribunal entende assim, o Tribunal faz assim, faz assado.” Aí, falei: “Mas pai, pensa bem...” Aí, um belo dia, eu fiz o concurso. As provas foram finalizadas, acho que foi em setembro. No dia da oral de processo achei que não tinha ido bem e não quis ver o resultado. Papai e a Rosa foram lá e voltaram dizendo: “estude direito administrativo para amanhã que você ainda está no páreo. Depois da aprovação ficou uma expectativa danada por conta da criação dos cargos. Naquele tempo, já estavam discutindo a respeito da criação dos novos cargos, etc. E o então presidente da República, João Figueiredo tinha criado cargos pelo Decreto-lei nº 2159, em 30 de agosto de 1984, enviou ao Congresso Nacional e nada das Casas Legislativas analisarem.

Memória MPM – Isso ocorreu durante o concurso do MPM?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, o concurso já tinha terminado. O Milton Menezes da Costa Filho², então procurador-geral de Justiça Militar, não queria nos nomear. O concurso tinha sido lançado com algumas poucas vagas, depois acrescentadas das vagas do decreto-lei, mas o problema é que o Congresso Nacional ainda não tinha analisado. O Milton Menezes estava com receio de nomear.

² Biografia do ex-procurador-geral de Justiça Militar, Milton Menezes da Costa Filho, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/milton-menezes-da-costa-filho-1977-1985-1990-1994/>.

Mas depois resolveu nos nomear em fevereiro. Nomear, não, encaminhar o processo de nomeação ao ministro da Justiça. Na época, era o Ibrahim Abi-Ackel, que nos nomeou por delegação do presidente da República.

Mas eu não queria tomar posse. Meu pai ficou desesperado, saiu do Rio de Janeiro, veio aqui e falou: “Não, você tem que assumir. Como que você não vai tomar posse?” Eu disse: “Pai, tenho algumas razões. A primeira é que lá na CEB, meu salário vai passar para Cr\$ 4.884.000,00.” Imagina ganhar mais de 4 milhões de cruzeiros por mês? O dinheiro brasileiro não valia quase nada. Mas a diferença era muito grande, comparada com o quanto eu iria receber na Procuradoria de Justiça Militar – 2.770.000 cruzeiros. E, ainda, tendo que mudar para Manaus, por minha conta! “Pai, isso é uma loucura, não vou fazer um negócio desses.” “Não, você tem que fazer, disse ele, eu vou te levar para conversar com o Paulo Duarte Fontes³.” Falei: “Não, pai, eu não vou tomar posse, não tem condição um negócio desse, eu não vou jogar minha vida fora. Como eu vou fazer um negócio desse? Submeter minha família a isso? Eu sou casado há pouco tempo, tenho filhos pequenos, eu vou largar meus filhos aqui? Não vou, não nasci para levar esse tipo de vida.”

“Então, vamos fazer o seguinte, eu vou falar com o Paulo Fontes, e você vai lá conversar com ele.” Assim, fui falar com esse procurador militar. Papai foi lá comigo também. Aí, o Paulo Fontes, lá no prédio do Tribunal, nono andar, onde funcionava a Procuradoria-Geral, falou comigo: “Não, Mário, escuta

³ No período, Paulo Duarte Fontes era procurador militar de primeira categoria. A biografia e a entrevista, concedidas para a publicação “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/paulo-duarte-fontes/>.

o seu pai, negócio é o seguinte, nós estamos com esse projeto, já está bem encaminhado, nós já tratamos disso inclusive com quem suceder ao presidente e já conversamos...” A essa altura já estava tudo definido, que o José Sarney ia ser mesmo o presidente da República... Foi quase na posse... Naquele tempo, não era dia primeiro de janeiro ainda não, era em março a posse do presidente da República.

E o Paulo Fontes continuou: “É promessa do Sarney de que ele vai assinar esse projeto nosso, pois ele afirmou que já está aprovado na Câmara Federal.” Na ocasião, o projeto estava no Senado Federal. “Nós estamos criando a gratificação de atividade essencial à administração da justiça”, era alguma coisa assim, quase o nome que foi usado na Constituição de 1988⁴. Essa gratificação quase dobrava nosso vencimento. Eu ficaria ganhando praticamente o que eu ganhava na CEB. E aí, eu falei: “E, se isso não passar? Como é que eu vou ficar?” “Não se preocupe, disse ele... Vai passar! Você tem que ir e tal.”

Aí, o Milton Menezes resolveu então pela nossa nomeação. Tomamos posse e depois disso o Congresso Nacional decidiu rejeitar o decreto-lei que havia criado algumas vagas.

Memória MPM – E o doutor Milton Menezes da Costa Filho já tinha dado posse para todos os aprovados?

⁴ O Ministério Público está inserido no capítulo IV, “Das Funções Essenciais à Justiça”, na Constituição Federal de 1988.

Mário Sérgio Marques Soares – Já. O Milton Menezes foi chamando o pessoal. O primeiro colocado do concurso de 1984 foi o Edson Oliveira de Almeida, irmão da Maria da Graça Oliveira de Almeida, que posteriormente fez também concurso e é nossa colega em Porto Alegre, mas o Edson também tinha feito concurso para procurador da República e tinha sido igualmente aprovado, aí ele foi para o MPF. Eu sei que o Milton Menezes encaminhou a nomeação de nove classificados inicialmente, e eu peguei uma dessas vagas, mas não peguei na minha classificação original. Peguei uma vaga de desistência, entendeu? Eu entrei no primeiro lote por desistência do Edson Oliveira de Almeida e de mais alguém que eu não me lembro. Teve gente até que entrou, como a Clarice do Nascimento Costa, que tinha feito concurso do STM para advogado de ofício e tinha passado nos dois concursos. No MPM ela pegou a vaga de Brasília, mas como a mãe dela morava no Rio de Janeiro e era adoentada, quando o STM a chamou, ela largou o Ministério Público e foi para advocacia de ofício. Para variar, o concurso do Ministério Público é sempre mais rápido do que o do Tribunal, até hoje é assim.

Memória MPM – Quem mais foi empossado nessa chamada?

Mário Sérgio Marques Soares – Quem entrou nessa nomeação foi a Adriana Lorandi⁵, a Marisa Terezinha Cauduro da Silva⁶; o Nelson Luiz Arruda

⁵ Biografia da ex-procuradora-geral de Justiça Militar, Adriana Lorandi, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/adriana-lorandi-2000-2002/>.

⁶ A biografia e a entrevista da ex-procuradora-geral de Justiça Militar aposentada, Marisa Terezinha Cauduro da Silva, para a publicação “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/marisa-terezinha-cauduro-da-silva/>.

Senra⁷; o Jaime Pugliese, o Walter Martins Pereira... Nós éramos, não me recorde com exatidão, oito ou nove integrantes na primeira leva⁸, alguma coisa assim. Inclusive, havia uma expectativa sobre a Marisa Terezinha, pois ela era diretora de Secretaria da Auditoria de Manaus, quando fez o concurso. Havia já uma expectativa de a Marisa ir para Manaus. Para minha surpresa, ela pediu lotação em Porto Alegre porque era gaúcha, quis ir para Porto Alegre; e eu peguei, então, a vaga de Manaus.

Memória MPM – Existia uma troca de contatos entre o pessoal que tinha passado no concurso?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, não existia contato. O contato nosso, na realidade, veio nas provas orais. Me recordei de outra colega que saiu do Ministério Público para ser juíza-auditora, a Janete Oliveira Guimarães... Por isso que minha cabeça está falhando um pouquinho... A Clarice [do Nascimento Costa] entrou e saiu logo em seguida, praticamente...

⁷ A biografia e a entrevista do subprocurador-geral de Justiça Militar aposentado, Nelson Luiz Arruda Senra, para o livro “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmmpm-centro-de-memoria/nelson-luiz-arruda-senra/>.

⁸ Os nove nomeados pelo então ministro de Estado da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em 4 de fevereiro de 1985, foram: 1. Clarice do Nascimento Costa; 2. Wilma Cardoso Menezes Milazzo; 3. Janete Oliveira Guimarães; 4. Marisa Terezinha Cauduro da Silva; 5. Nelson Luiz Arruda Senra; 6. Adriana Lorandi; 7. Jaime Pugliese Branco; 8. Walter Martins Pereira; e, 9. Mário Sérgio Marques Soares.

Aí, nós fomos nomeados, e eu estranhei porque, no dia da posse, alguns colegas não estavam lá para firmar o ato de posse. Tinham outras pessoas. Esses colegas tomaram posse por procuração, uma vez que o Milton [Menezes da Costa Filho] não dava posse e exercício. O pessoal, que já sabia como era a posse e o exercício, viajou na véspera, na antevéspera, e passou uma procuração para alguém tomar posse. Então, eu tive que tomar posse em Brasília e correr para Manaus, para entrar em exercício. Não tomei nem um copo d'água depois da posse, saí correndo para o aeroporto, para não perder o voo. E sabe por que eu consegui entrar em exercício no mesmo dia? Porque o juiz-auditor de Manaus, doutor Antonio Rosa, e a procuradora Maria de Nazaré [Guimarães de Moraes] estavam me esperando lá, no aeroporto, que era caminho para o centro da cidade. A Auditoria ficava no meio do caminho. Eles pararam na Auditoria, e nós passamos um telex, dizendo que eu estava lá, comunicando minha chegada. Isso devia ser 11 e pouco da noite. E por que eu consegui? Graças a esses amigos que lá fiz e por causa do fuso horário, senão eu teria chegado lá no dia seguinte.

Assim, eu fui para Manaus, fiquei no Hotel São Pedro, na rua Rui Barbosa, bem no centro da cidade, pertinho da chamada Zona Franca. Era um hotel muito pequeno e simples, onde todos que iam para Manaus atuar em substituição na Auditoria ficavam. O pessoal da Auditoria costumava dizer que era hotel de trânsito da Auditoria. Um mês e meio depois a Rosa apareceu com as crianças, ficamos todos juntos no hotel. Depois, a [Maria de] Nazaré [Guimarães de Moraes] me ajudou muito, me arranhou uma casa de um amigo dela, e eu aluguei essa casa. Não sei o que faria sem a ajuda dela. Imagine que as primeiras perguntas que as imobiliárias faziam eram: há quanto tempo mora em Manaus? Há quanto tempo trabalha nesse emprego? Tem fiador? Me mostre seu contra-cheque... e eu não tinha nada disso.

Memória MPM – Mas quando assumiu, ainda não havia a gratificação de função essencial à Justiça?

Mário Sérgio Marques Soares – Não tinha, era holerite de 2.000.000 de cruzeiros líquidos. A gratificação foi aprovada em abril e passamos a receber em maio de 1984. Aquele ano foi ainda muito difícil porque, chegando no final do ano, por exemplo, eu não recebi salário. Todo serviço era datilografado, ia para o Banco do Brasil, e por algum azar meu, em dezembro de 1985, datilografaram um número errado no documento que foi para o banco, sobre o meu pagamento, e eu não o recebi. Na ocasião, dia 20 de dezembro, era recesso absoluto, não tinha plantão e esse negócio de “área de pessoal ainda fica”, era recesso mesmo, parava tudo! Só voltava dia 3 de janeiro. Desse modo, não recebi o meu pagamento, nem o décimo terceiro, não recebi nada, só em janeiro de 1986. Natal sem presentes para as crianças.

Com a rejeição do Decreto-lei nº 2.159, em 05 de dezembro de 1985⁹, ficou aquela insegurança: E agora? O que vai acontecer? Quais eram os cargos que seriam excluídos da carreira?? ... Quem tomou posse e pegou os cargos criados ou cargos que já existiam? Mas aí, o que aconteceu? O Procurador-Geral da República recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que não havendo o decreto-lei sido apreciado em 60 dias ele teria sido aprovado por decurso de prazo. Questionou que esse prazo teria que ter um início determinado e não ficar ao bel prazer do Congresso Nacional, enquanto o Congresso Nacional alegava que o prazo de 60 dias para a apreciação de decretos-lei era contado da colocação em pauta, nas casas legislativas. E eles

⁹ Rejeitado pelo Decreto-Legislativo nº 31, de 05 de dezembro de 1985,

colocavam em pauta no dia em que bem entendiam... E aí, o STF entendeu que, a partir do momento em que o decreto-lei fosse recebido e registrado pelo Congresso Nacional, a partir dessa data é que corriam os 60 dias para apreciação. Tanto que, depois, preocupados com isso, na Constituição de 1988 e o fim do decreto-lei, criou-se a Medida Provisória que, uma vez editada, tem um prazo certo para o Congresso Nacional aprovar, respaldar aquele tema tratado, caso contrário perde eficácia. Naquele tempo, o Congresso Nacional aprovava ou não, mas o STF entendeu que, a partir do sexagésimo dia do registro de entrada da Medida Provisória no Legislativo, haveria aprovação tácita e não aprovação expressa, entendeu? Aí no final, acabou dando certo, e os cargos foram todos criados.

Memória MPM – Até sair essa decisão demorou quanto tempo?

Mário Sérgio Marques Soares – Ah, isso demorou alguns meses, demorou uns oito ou dez meses, um tempinho razoável, que, para nós, foi de grande preocupação, né? Por exemplo, as consequências disso: até então, os cargos de subprocurador-geral, que eram somente dois, passariam para cinco; e os de procuradores de primeira categoria, que eram cinco, passariam para oito. Portanto, foi mais ou menos isso o que aconteceu: vários colegas foram promovidos a procurador de primeira categoria e a subprocurador-geral. Com a rejeição do decreto-lei, o que teria que fazer? Despromover esses colegas? Eles voltariam aos cargos anteriores? Entendeu? Não era só a questão de criação de cargos, de início de carreira ou de final de carreira. Se você foi promovido, ia perder a promoção e voltar para o cargo anterior? Como fica isso? Nesse

período, nós tínhamos o Kleber [de Carvalho Coêlho¹⁰], na Bahia; tínhamos o Gilson [Ribeiro Gonçalves], salvo engano; o Flávio Benjamin [Corrêa de Andrade]; e outros, que tinham sido promovidos. Então, o Milton [Menezes da Costa Filho] resolveu o seguinte, na época: para evitar um problema mais grave para o futuro, esses colegas permaneceriam onde eles estavam, recebendo os processos para dar parecer pelo malote. Se eles mudassem para Brasília e tivessem que voltar para o seu destino, como é que ia ficar após a decisão do Supremo? O Procurador-Geral, de início, disse: “Bom, vamos manter as nomeações e promoções, até uma solução.” Então, os processos eram distribuídos dessa forma, mandados por malote, e os colegas davam parecer nesses processos, na origem onde estavam. Até que a situação foi finalmente decidida...

Memória MPM – Então, os promovidos a subprocurador-geral davam o despacho aqui de Brasília e, depois, voltavam para os estados?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, os processos eram encaminhados para eles por malote. Por exemplo, o Kleber [de Carvalho Coêlho] tinha sido promovido a procurador de primeira categoria. Isso é um exemplo. Então, abriu-se uma vaga na Bahia, a dele; e ele foi lotado em Brasília, onde era a vaga de procurador de primeira categoria, mas permaneceu na Bahia recebendo os processos por malote. Também temos que ter em vista que, na verdade, de início os cargos de subprocurador-geral não eram de carreira, eram cargos em comissão. Dois

¹⁰ Biografia do ex-procurador-geral de Justiça Militar, Kleber de Carvalho Coêlho, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/kleber-de-carvalho-coelho-1996-2000/>.

cargos de subprocurador, depois, passaram para três, mas de início eram só dois cargos em comissão, não eram da carreira. O cargo da carreira que dava parecer no Tribunal era o de procurador de primeira categoria. A carreira era dividida em procurador de primeira categoria e de segunda categoria. O cargo de procurador-geral de Justiça Militar era nomeado pelo presidente da República, poderia ser qualquer pessoa da área jurídica, como foi o advogado George [Francisco] Tavares¹¹, como foi o senador [Francisco] Leite Chaves¹²... O procurador-geral não era privativo da carreira, e trabalhando com ele havia dois subprocuradores-gerais, que eram cargos em comissão, digamos assim. Normalmente, nomeavam-se dois procuradores de primeira categoria para serem subprocuradores-gerais, como cargo em comissão, não como cargo de carreira, entendeu? E aí, ficou aquela situação: “O que a gente faz agora? Eles voltam, eles ficam?” Finalmente, o Supremo [Tribunal Federal (STF)] entendeu que a rejeição extemporânea do decreto-lei tinha feito com que houvesse sido respaldado tacitamente pelo decurso de prazo. Essa decisão, que foi especificamente para a carreira do MPU foi um paradigma, porque, a partir de então o Congresso Nacional teve que correr com todos os decretos-leis que chegavam lá; até então não se tinha nenhum questionamento sobre essas coisas, entendeu? De forma alguma. Então, o precursor dessa questão foi o decreto-lei da criação de cargos no MPU.

¹¹ Biografia do ex-procurador-geral de Justiça Militar, George Francisco Tavares, disponível em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/george-francisco-tavares-1985/>.

¹² A biografia e a entrevista do ex-procurador-geral de Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, para a publicação “Histórias de vida, volume 1”, estão disponíveis em: <http://www.mpm.mp.br/cmmpm-centro-de-memoria/francisco-leite-chaves/>.

Memória MPM – E, nesse primeiro ano, na Procuradoria de Justiça Militar em Manaus, AM, como era o funcionamento de lá? O senhor trabalhava no prédio da Auditoria?

Mário Sérgio Marques Soares – A Procuradoria em Manaus, AM, funcionava na Auditoria, como todas as demais. Os juízes nos apresentavam como “esse é o meu promotor”. No dia seguinte em que cheguei fui à Auditoria e a [Maria de] Nazaré [Guimarães de Moraes] deu uma passadinha lá para me dar um “alô” e dizer que ela estava entrando de férias e licença, etc. Ela estava com dois ou três períodos de férias acumulados...

Memória MPM – Estava esperando a chegada de alguém...

Mário Sérgio Marques Soares – Sim. Aí, nesse dia fui para Auditoria de táxi. Liguei lá, peguei o endereço direitinho, como era e tal. O Diretor da Secretaria era o Dr. Francisco, o “Fran”, pessoa excelente, grande amigo. Me ensinou o caminho do hotel para lá. Não era difícil nem nada. Quando cheguei, me disseram: “Essa é a sala do Ministério Público.” “Tá bom”, respondi. Tinha uma mesa sem nada em cima, uma cadeira, um buraco na janela para ar-condicionado, mais nada. “Bom, e agora?” A mesa era daquelas mesas de madeira antigas, com três gavetas. Abri a primeira gaveta, não tinha nada, um lápis, uma borracha, um negócio assim; abri a segunda gaveta, tinha uns papéis coloridos fininhos, rosa e azul, em cima de uma embalagem de papelão, que eu abri e olhei, era papel-carbono. Tínhamos que datilografar usando duas folhas de papel-carbono para fazer as cópias. O original ia para o processo; ficava uma cópia para a Procuradoria lá, uma cópia pessoal; e a outra, diziam que era para

mandar para Brasília, mas que nunca ninguém tinha mandado. Embaixo, abri a outra gaveta, não tinha nada, absolutamente nada. Então, o que eu tinha? Uma mesa, que não tinha nada, nem uma folha de papel... A sorte é que eu tinha levado uma máquina de escrever Olivetti, daquelas portáteis, de plástico. Nela, tinha que usar uma fita de duas cores. Fui à Secretaria da Auditoria e consegui um pouquinho de papel, umas folhas, quando me disseram: “Olha, doutor, não podemos dar muito papel, pois nós estamos sem material aqui também.” Falei: “Tá bom.” Depois, tive que sair para comprar papel. Eu comprei um material para ter: grampeador, perfurador, pasta, tudo comprado com o meu dinheiro. A ida para lá, mudança paga por mim, com minha demissão da CEB.

O Milton [Menezes da Costa Filho] tinha feito uma reunião conosco, no dia da posse, rapidamente, e disse: “Olha, eu vou dar um conselho para vocês: não seguir o que falar o juiz-auditor. Nem troquem ideia. Errem, mas errem sozinhos. Se vocês errarem, tudo bem! Início de carreira é assim mesmo, é normal. Errem sozinhos, não errem pela cabeça do juiz. Qualquer questão que vocês tenham, liguem para cá. Qualquer dificuldade, liguem para cá.” “Tudo bem.”

No dia seguinte já tinha um julgamento marcado. Era o caso de um sargento que tinha tombado um caminhão, acho que foi em Rondônia, eu não me recordo muito bem... Comecei a pegar os processos, tinham vários deles... Tinha processo há muito tempo parados ou dependendo de diligências. Pedi a relação dos processos, olhei as datas e falei: “Gente, tem processo que não é possível, não anda. Tem umas coisas esquisitas.” Naquele tempo a comunicação com municípios onde tinha quartéis era muito problemática. Um processo especialmente era de um camarada que tinha praticado um crime militar, aqui no Brasil, e fugiu para Letícia, na Colômbia. Ele era motorista de táxi

naquela cidade. Aí, eu fui conversar com o doutor Rosa: “Doutor Rosa, o que nós podemos fazer sobre isso aqui?” “Ah, doutor Mário, eu já desisti. Confesso ao senhor que vai ficar aí para prescrever porque ninguém consegue citar. Nós temos que fazer a citação por carta rogatória. Eu já mandei para o Itamaraty, mandei para o Tribunal, a Corte encaminhou para o Itamaraty, mandaram fazer uma tradução, o conteúdo chega lá, e eles devolvem dizendo que a tradução está errada, nós não conseguimos fazer a citação desse camarada.” Eu disse: “Não é possível, mas Letícia, na Colômbia, e Tabatinga, AM, não são juntas?” “São.” “Lá, é o Comando da Fronteira de Solimões (CFSOL). O senhor conhece o comandante de Tabatinga?” “Conheço.” “Como é que a gente faz para falar com ele?” “Nós estamos com um problema aqui difícil, mas o que o senhor quer?” “Não, queria ver se ele podia indicar um oficial ao senhor, e o senhor nomear esse oficial de justiça *ad hoc* e mandar a citação para lá.” Eram outros tempos, não é? O acusado é motorista de táxi no aeroporto de Letícia, na Colômbia, segundo informação dos autos. O oficial vai à paisana para o aeroporto de Letícia, pega o táxi e pede para ir para Tabatinga, AM. Quando ele entrar em território brasileiro, faz-se a citação dele. “O senhor está brincando comigo, topa isso mesmo?” “Vamos fazer isso.” Ele ligou para o comandante que indicou o oficial. Doutor Rosa nomeou o oficial de justiça *ad hoc*, porque não tinha nenhum oficial de justiça lá e não adiantava mandar carta precatória. Não podia combinar isso, o que fosse... E, naquele tempo, você podia fazer, ninguém questionava isso, ele estava nomeando o tenente oficial de justiça *ad hoc*. O tenente pegou, botou umas roupinhas na mala, foi lá para o aeroporto de Letícia, na Colômbia, e ficou esperando. Quando foi a vez do carro do acusado o oficial entrou no táxi. Aí, o tenente pediu para o taxista ir até Tabatinga, AM, na rua tal. Chegando lá, o Exército fechou o cerco e falou: “Oh, assina aqui.” Fizemos a citação dele, e ele foi julgado à revelia, mas

foi citado pessoalmente. Não foi preso, mas foi citado e estava lá a assinatura dele. Assim, tocamos o processo. No dia do interrogatório, ele não compareceu, mas foi citado regularmente, foi julgado à revelia e condenado. Desse modo, mandou-se a sentença para lá, se ele passasse para cá, o comandante podia pegá-lo, mas a essa altura... Era civil e tinha que cumprir a pena em alguma cadeia do Brasil. Aí, não sei nem que bicho que deu...

Memória MPM – E como eram os processos na PJM Manaus, lembra de algum caso complexo?

Mário Sérgio Marques Soares – Tive o processo de um major... O nosso colega denunciou o major por falso testemunho, e ele era o indiciado. Quer dizer, o indiciado não pratica falso testemunho, ele não é obrigado a dizer a verdade. “Não, ele no interrogatório falou mentira, então praticou falso testemunho.” Aí, eu falei: “Como é que ele pode praticar falso testemunho se não é obrigado?” “Ah, a primeira advertência que o juiz fazia era você não é obrigado a dizer a verdade, mas seu silêncio pode ser interpretado a seu desfavor.” Assim, não deu outra, foi absolvido. O colega, hoje falecido, não se conformou porque eu pedi a absolvição do acusado e assim por diante. Nós tivemos casos interessantes lá.

Memória MPM – O senhor ficou quanto tempo em Manaus (AM)?

Mário Sérgio Marques Soares – Um ano e cinco meses. O calor era grande e o dinheiro curto. Um dia o Dr. Antonio Rosa, juiz-auditor, me mostrou uns aparelhos de ar condicionados quebrados no fundo da Auditoria. Tinham sido

substituídos por novos. Fiz um orçamento para ver qual ficava mais em conta para consertar. Era cerca de 100 mil cruzeiros. Fiz contato com o Milton, procurador-geral, e solicitei verba para o conserto. Ele negou dizendo que como era material da Auditoria ele não podia consertar. Paguei do meu bolso e tive um pouco de conforto.

Memória MPM – Depois foi para a Procuradoria de Justiça Militar em Belém (PA)?

Mário Sérgio Marques Soares – Houve uma vaga em Salvador, e o Walter Martins Pereira, que estava em Belém, passou para Salvador, aí eu pulei para Belém. Passei um ano lá, fiquei de julho de 1986 a agosto de 1987. Nesse ano, o Walter Martins Pereira saiu de Salvador e foi para o Rio de Janeiro, e eu fui para Salvador. A gente estava comemorando o meu aniversário na Auditoria de Belém, quando chegou o telex sobre a minha remoção para Salvador. Fiquei lá até meados de 1991, quando fui consultado se queria ir para o Rio de Janeiro, aí disse que queria. Fiquei lotado na 3ª Auditoria do Exército. As auditorias do Exército eram especializadas, na época. Eram três auditorias do Exército; duas, da Marinha; e duas, da Aeronáutica.

Memória MPM – As Auditorias especializadas só funcionavam na 1ª CJM, no Rio de Janeiro (RJ)?

Mário Sérgio Marques Soares – Só no Rio de Janeiro tinha Auditoria especializada. Na realidade, a minha vaga não era da Auditoria do Exército,

não. Minha vaga era na Procuradoria que funcionava na 2ª Auditoria da Aeronáutica. Quando eu fui lotado na Auditoria de Aeronáutica não era o que eu queria porque sabia que lá não tinha muito processo, era pouco trabalho nessa Auditoria. Já a Auditoria do Exército era onde muita coisa acontecia. Um dia o Milton Menezes me ligou e disse que tinha um problema, que precisava passar uma colega, a René Solange de uma Auditoria de Exército para outra, mas a única vaga que existia era na Auditoria de Aeronáutica e eu tinha ocupado essa vaga. Disse à ele que eu fazia permuta com ela e resolveria o problema. Aí, fiz a permuta, tudo ainda sem ter ido para o Rio de Janeiro.

Memória MPM – E o senhor permanecia ainda em Salvador (BA)?

Mário Sérgio Marques Soares – Permanecia em Salvador, pois estava só havia eu em exercício e não tinha quem fosse para lá. A Maria Luiza Monteiro de Melo tinha interesse, mas não tinha quem fosse para a vaga dela também. O Milton me pediu que permanecesse em Salvador até o final de novembro, quando eu poderia mudar, marcar a mudança. Achei interessante pois esperaria o término do ano letivo, finalzinho de novembro, sem prejudicar os meninos. Então começamos a empacotar as coisas e tal. Contratei uma empresa para a mudança, tudo por nossa conta, não tinha ajuda, nunca tive uma ajuda de custo até minha promoção. Olha, eu fiz minha mudança para Manaus, com a empresa Confiança; em seguida, fui para Belém pela Granero e depois, para Salvador, com a transportadora São Domingos e agora, estava me mudando para o Rio de Janeiro, novamente por minha conta. Um amigo engenheiro que trabalhava na CEB, o Alceu Corrêa, uma vez me disse que cada três mudanças equivaleriam a um incêndio. Eu já estava quase acreditando nisso.

Só que nesse meio tempo, três dias antes de viajarmos, já com a mudança no guarda-móveis, o Milton [Menezes da Costa Filho] me ligou... A nossa mudança não tinha saído ainda, porque para eu poder pagar menos – nunca paguei uma mudança exclusiva – eu optava por aproveitamento de mudança e aguardava que a transportadora enchesse o caminhão. Faltando esses poucos dias, o Milton ligou lá para Auditoria e disse: “Olha, Mário, o Joaquim Simeão de Faria [Filho], em Juiz de Fora, MG, aposentou. E eu estou fazendo a consulta para Juiz de Fora agora, por antiguidade. Já consultei os mais antigos que você e ninguém quis. Eu sei que você tem família lá. Você vai querer ir para Juiz de Fora?” Eu, com minha mudança dentro do caminhão, falei: “Eu vou para Juiz de Fora.” Resultado, mudei para Juiz de Fora sem ter assumido no Rio de Janeiro. À essa altura, meus pais já estavam morando em Juiz de Fora.

Memória MPM – Mas esse foi o fator determinante para o senhor se mudar para Juiz de Fora?

Mário Sérgio Marques Soares – Foi porque meus pais estavam lá. Então, foi esse o fator que nos levou para lá. Por que eu sairia de Salvador? Nós éramos felizes em Salvador, mas para nós estava ficando difícil de ver os filhos sem referência e contato mais próximo com a família. Que convívio de família a gente tinha? Quase nenhum. Só nas férias que encontrávamos com a família. A essa altura, em 1991, meu filho mais velho estava com dez anos de idade, o mais novo com oito. Eles praticamente não tinham referência de família nenhuma, porque quando nós fomos para Manaus, em 1985, o Daniel Vieira Soares, o mais velho, ia fazer quatro anos; e o mais novo, Edgar Vieira Soares, ia fazer dois anos. É difícil. Aí, eu falei com o Milton: “Eu quero que meus

filhos tenham a referência de família que eu tive.” “Prefiro ir para Juiz de Fora, pelo menos nós poderemos refazer o vínculo de família.”

Sem os móveis que já estavam na transportadora e o apartamento nosso vendido, pernoitamos na casa do João Alfredo Portela, juiz auditor titular, um verdadeiro irmão. No dia seguinte partimos para uma viagem memorável. Nós no nosso carro e o Portela e a esposa Cristina, no deles. Íamos juntos até o Rio de Janeiro, mas com a mudança de destino paramos em Juiz de Fora e eles continuaram a viagem até o Rio. Em Juiz de Fora matriculamos logo os meninos no Colégio Cristo Redentor, também chamado de Academia de Comércio, ou popularmente, em Juiz de Fora, de ACADEMIA. Nessa época o colégio já tinha 102 anos. Assim, no segundo dia de aula, me telefonam: “Olha, abriu vaga para procurador de primeira categoria, você não quer promoção?” Falei: “Como é que vou ser promovido agora? Eu não posso ser promovido agora. Não posso ser promovido nesse momento. Os meninos tiveram a primeira aula...” Aí, o Antonio Brandão Andrade falou: “Não, você tem que aceitar, Mário.” Eu não aceitei, isso foi em fevereiro, mas quando foi em maio, ele me ligou de novo e me disse: “Olha, não tem jeito, você tem que vir, nós precisamos de você aqui, você vem.” Vim para Brasília, promovido a procurador de primeira categoria e deixei a família em Juiz de Fora, recebendo o apoio de meus pais.

Memória MPM – Ficou quanto tempo em Juiz de Fora?

Mário Sérgio Marques Soares – Lá em Juiz de Fora, eu fiquei de dezembro de 1991 a maio de 1992 e a família permaneceu durante todo o ano de 1992, até

encerrar o ano letivo. Eu viajava para lá todos os fins de semana, ia na sexta à tardinha, no ônibus das 16h45, pé duro, sem ar condicionado, direto de Brasília para Juiz de Fora. Era mais barato, chegava em Juiz de Fora por volta das 07h00 e sempre tinha passagem. Eu tinha uma gaveta cheia de passagens da Itapemirim. Eu já era conhecido, tanto que uma vez no retorno para Brasília o motorista era novato e o despachante da Itapemirim, Sr. Afonso, com quem eu já reservava minha passagem por telefone, quando me viu veio correndo falar comigo: “que bom que o senhor está nesse ônibus. O senhor pode ensinar ao motorista o caminho para a rodoviária de Conselheiro Lafaiete? É a primeira vez que ele vai entrar lá”. Quando o ônibus foi chegando em Lafaiete, já noitinha, fui lá para frente ensinar o caminho para o motorista novato.

Nesses seis meses em Juiz de Fora, nós instalamos a primeira Procuradoria fora da Auditoria. Logo que cheguei eu fui à Auditoria, visitar o juiz-auditor, me apresentar. Cheguei lá: “Sou o doutor Mário, novo procurador, gostaria de falar com o juiz-auditor.” “Ah, doutor, pode ir lá, doutor Alzir está na sala dele.” “Tá bom.” Bati na porta e nada. Na terceira vez, mais alto, ele: “Entra!” Eu entrei, tomei um susto ao ver dois tênis, pés grandes, cruzados em cima da mesa, lendo jornal... Eu entrei: “Doutor Alzir, boa tarde. Sou o doutor Mário, vim assumir aqui.” Abaixou o jornal, “muito prazer”, subiu o jornal. Pensei: “Que relacionamento ótimo com o Ministério Público, não???” Mas vi que o relacionamento era ótimo mesmo, tanto com o dr. Alzir, titular, quanto com o substituto Luiz Carlos Neves. Esse dia era uma sexta-feira e o pessoal trabalhava mais informal, com expediente pela manhã. Fui ao Cartório e perguntei onde era a sala do Ministério Público? A resposta foi: “Não tem.” “O Ministério Público aqui não tem sala?” “Não.” “E como é que se faz aqui?” “Tem uma sala ali, que é usada pelo Ministério Público, pela advocacia de ofício,

pela defensoria. Então doutor, é o seguinte, se chegar preso, alguma coisa, e o advogado tiver que entrevistar, o senhor, por favor, espera pelo lado de fora. O senhor sai, deixa eles entrevistarem e tal, não sei o quê. Então, tem que alternar isso.” Era bem estreita em relação ao comprimento. Tinha uma mesinha para o Ministério Público junto à porta e outra para o advogado, próximo à janela, mas era um corredor, um cubículo. Pensei: “Eu não vou trabalhar aqui, não.” Pouco depois, chegou o Olympio [Pereira da Silva Junior], de calça jeans, camisa esporte: “E aí Mário, quer dizer que você chegou, né?”

Memória MPM – O senhor já conhecia o Olympio Pereira da Silva Junior?

Mário Sérgio Marques Soares – Conhecia assim, dos eventos, né? Das reuniões conjuntas que nós tivemos, mas não tinha um contato com ele, anterior e acabamos transformando essa amizade em irmandade. Juiz de Fora/MG era um reduto dominado integralmente pelo Olympio. Ele era convidado para tudo, até para jurado, desde concurso de miss, desfile de carnaval etc.. A partir de então, nossos laços se estreitaram e pude conhecer um outro Olympio: divertido, amigo de todas as horas, generoso e com quem eu não podia atravessar o calçadão da Rua Halfeld, pois a cada dois passos ele encontrava um conhecido e o papo ia longe. Da esquina da Halfeld com a Av. Rio Rio Branco até a “Esquina dos Afritos” (esquina da Rua Halfeld com a Rua Baptista de Oliveira, onde, naquele tempo, os endividados vendiam seus carros por preços abaixo da tabela) levávamos, com sorte, 40 minutos, fora os cafezinhos. Mas fui logo falando para ele: “Olympio, eu não vou trabalhar aqui, não. Isso aqui é insuportável, não é lugar de trabalho. Você me desculpa, mas...” Ele retrucou: “Não se preocupe, aqui funciona assim há muito tempo...”

A Auditoria ficava na Praça Antônio Carlos, num antigo sobrado em cima da Comissão do Serviço Militar, em uns cubículos cedidos pelo Exército. Só tinha uma área um pouquinho maior, que era o Plenário, mas fora isso, não tinha mais nada. Era cada sala menor do que a outra, um banheiro de uso coletivo para homens e mulheres... Falei: “Tem alguma coisa errada aqui, não é possível. Vocês não fazem nada para mudar isso aqui ou arranjar um lugar próprio?” “Oh, Mário, você é um cara encrueiro...”, o Olímpio brincando comigo. “Não é possível, você mal chegou e já quer mudar tudo?” Eu insisti, “a gente tem que dar um jeito, nós não podemos ficar aqui, não. Temos que arrumar um jeito de sair daqui. Aqui não dá para ficar, realmente, não tem condições. Olympio, como é que a gente vai trabalhar aqui?” “Você leva o processo para casa e faz em casa, mas não é assim que funciona... se vier uma pessoa do comando aqui. Nós temos que ter uma identidade. Como que você vai receber encarregado de inquérito? Vou mandar o defensor sair da sala? Não, não pode funcionar assim, não. Nós vamos ter que dar um jeito.”

O Olympio, vendo minha irrisignação, começou a procurar seus amigos em JF. Numa dessas caminhadas pela Halfeld, encontramos o Michel, amigo do Olympio e Advogado da Rede Ferroviária Federal, que caminhava em sentido contrário. E o Olympio falou: “E aí Michel, Michelzinho!”, daquele jeito dele, todo mundo é “inho” para ele, né? Ele tem aquele jeito de chegar. “Michel, esse aqui é o doutor Mário Sérgio, meu colega que chegou agora e estamos precisando de um lugar para instalar a Procuradoria.” Eu falei com eles: “A Rede Ferroviária deve ter muitos imóveis, não? Será que ele não arranja um lugar para a gente ficar, não?” O Olímpio foi logo perguntando ao Michel, o que vocês tem? O que você pode fazer e tal?” Desse modo, o Michel falou: “Oh, Olympio, vamos fazer o seguinte: me procura lá na Rede, eu vou olhar umas

coisas, e a gente vê o que pode fazer.” “Tá bom.” Fomos procurar o Michel. Ele chegou e falou: “Tenho uma ótima notícia para vocês. Eu tenho uma casa, é um casarão da Rede, está fechada, do lado da estação de trem, no final da Rua Halfeld, à direita. Tem um pátio bom.” Falei: “Vamos lá olhar.” Cheguei lá, com o Olympio e fiquei encantado com a casa. Espetáculo. E tinha um pátio enorme, com um estacionamento à vontade, perto da Auditoria. A gente podia ir caminhando tranquilamente. Falei: “O que você precisa?” “Então, o negócio é o seguinte: nós vamos fazer aqui um termo de comodato, mas o procurador-geral tem que assinar esse termo. Aí, vocês assumem a casa.” “Poxa, que beleza, vamos lá.” Ligamos para o Milton [Menezes da Costa Filho], todos entusiasmados. Imagina conseguir um imóvel daquele de graça, cedido por prazo indeterminado. O Milton disse: “Não assino, não.” “Não é possível, doutor Milton, mas por quê?” “Não, isso vai dar despesa, eu não tenho verba para pagar conta de água, luz, etc. Isso aí, depois tem manutenção.” Ainda argumentamos que nós não tínhamos que pagar aluguel e a casa está em ótimo estado, tem gabinete para todo mundo lá dentro, tem banheiro, está toda arrumadinha, tem um pátio ótimo, e é cercada. Era muito melhor do que a Auditoria. Ainda assim ele respondeu: “Não, não, não vou... Eu não assino isso, não. Eu não vou assinar nenhum termo de comodato. Vocês podem tirar isso da cabeça, porque todas as Procuradorias funcionam dentro das Auditorias. Eu não vejo razão para tirar e não vou assinar nada.” Falei: “Bom, então estamos mal, né?” Aí, voltamos, ficamos desanimados. Nós íamos assumir essas despesas, também. O que a gente ia pagar ali? Água, luz e manutenção, um conserto aqui ou ali, a gente faria, já que a casa estava em ótimo estado. O Michel disse: “Isso aí vai dar uma alegria, vocês não sabem para quem. Tive ontem, comigo aqui, o comandante da Polícia Militar que quer colocar uma companhia de trânsito lá. Eu disse que tinha prometido para vocês, mas já que vocês não vão pegar,

eu vou passar para eles.” Lá tinha um pátio para botarem as viaturas todas em volta, um lugar excelente. Aí, paciência, perdemos. Falei: “É, que chato, né? Mas não podemos fazer nada.” Ele virou e falou assim: “Bom, se vocês não se importarem com o barulho de trem, eu tenho um imóvel que foi da parte de manutenção, onde ficavam os engenheiros da manutenção. Ele é de madeira, mas está bem cuidado, vocês vão lá, dão uma olhada e tal. Esse daí, eu deixo com vocês, sem termo, sem nada, vocês ficam usando lá.” Nós fomos ver, era colado na linha do trem, no Poço Rico, lá em Juiz de Fora, mas tinha um lugar para fazer um gabinete para cada um, dois banheiros e uma sala de entrada. Você entrava, tinha uma salinha, dois banheiros e três gabinetes. Eu falei: “Bom, eu fico aqui.” Fomos para lá. Ele disse: “Olha, eu vou mandar desligar água, luz, mas vocês podem fazer o pedido, eu faço uma autorização para vocês pedirem no nome de vocês.” E assim foi feito. A conta de água, a conta de luz, saía tudo no nosso nome.

Memória MPM – Eram os senhores que pagavam?

Mário Sérgio Marques Soares – A gente que pagava, mas ao menos não ficamos na Auditoria. Eu tinha falado: “Não fico aqui.” Isso foi no iníciozinho de 1992. Quando passava o trem, eram assim: seis máquinas, 150 vagões de minério. Você tinha que esperar o trem passar para poder trabalhar. Tudo sacudia lá dentro. Uma coisa impressionante. Mas foi bom demais! E foi a precursora. Foi a primeira Procuradoria a funcionar fora de Auditoria.

Memória MPM – Em todo esse tempo, ela funcionou à custa dos membros?

Mário Sérgio Marques Soares – Dos membros. Nós nos cotizávamos, comprávamos café, biscoitinhos etc... Aí, eu levei uma cafeteira antiga, que tinha em casa, um forninho elétrico, na época cada um contribuiu como pôde. Depois vieram a Marisa Terezinha e a Maria Luiza Monteiro de Melo, quando eu já estava na Procuradoria-Geral de Justiça Militar (PGJM). Numa sexta-feira, eu não tinha chegado ainda de Brasília e chovia muito. Um táxi buzinou na porta lá de casa, com o motorista dizendo que tinha uma mulher com uma criança me procurando. Rosa tomou um baita susto. Nem sei o que ela pensou. Chegou lá no táxi e deu de cara com a Maria Luiza Monteiro de Melo, que havia sido transferida para Juiz de Fora. Chegou com a filha Luizinha, malas e até uma gaiola com um passarinho. Foi logo dizendo: “Precisamos ficar com vocês até eu arrumar um apartamento”. Ficou conosco uns dias e alugou um ótimo apartamento defronte ao Parque Halfeld.

Memória MPM – E dessas passagens por Manaus, Belém, Salvador, Juiz de Fora... Algum fato, alguma atuação que o senhor considere interessante, que tenha chamado a sua atenção?

Mário Sérgio Marques Soares – Vamos começar por Manaus, que tinha julgamento quase diário. O volume de trabalho era bastante acentuado. Os soldados, de modo geral, envolviam-se em muitos casos de furto, porque esse conceito de propriedade deles, eles têm uma cultura um pouquinho ligada aos indígenas, que socializam mais com os bens... Achavam que: “Gostou daquilo, pega, usa e acabou.” Então, diziam que a intenção era de devolver, mas nunca devolviam. Era um furto de uso nunca caracterizado, era mesmo furto de itens. Deserção tinha muito também, algumas insubmissões, coisa que hoje

praticamente não existe mais. Muito acidente de trânsito, disparo de armas, entre outras situações. Naquele tempo quase não se falava em droga no interior dos quartéis.

Tive um caso curiosíssimo, em Manaus, que foi de um soldado que, na verdade, ele já não era mais militar. Ele foi preso por uso indevido de uniforme; e o interessante foi que, durante o processo, e já no interrogatório dele, ele contou como a coisa tinha realmente acontecido. O sonho do pai dele era que ele fosse militar, um soldado, etc. E o pai, muito a contragosto dele, mandou que ele fosse para Manaus, para a casa de uma tia, para servir lá. Lá, ele se envolveu com outros soldados e chegava no fim da semana ou no fim do mês, quando eles recebiam algum dinheirinho, iam para a zona boêmia. Chegando lá, as moças sempre preferiam os sargentos, que ganhavam melhor e gastavam mais, e ele se sentia sempre desprestigiado. Ele, então, passou a usar o nome chamado William Oliveira Kutichuma. Como ele trabalhava na secretaria do quartel, ele tinha acesso àqueles espelhos de carteira de motorista, de porte de arma, então ele fez para ele, uma carteira de sargento. Assim, ele passou a frequentar a zona boêmia, levando a identidade de sargento para ver se ele era mais benquisto, etc. Acabaram descobrindo esse fato, e ele foi expulso do Exército. Ele, então, ficou sem saber o que fazer. Havia comprado, inclusive, um uniforme de sargento, mas isso não foi pego com ele antes. E aí, ele foi para casa do pai, mas dizendo para o pai que já era um sargento do Exército, o orgulho da família, e que ele estava de férias. Bom, os trinta dias se passaram e nada dele voltar, e o pai incomodado com aquilo e dizendo: “O Exército precisa de você, você tem que ir, você tem que fazer e tal. Obrigado a retornar a Manaus, ele voltou fardado de sargento e ficou vagando pela cidade até passar defronte o Colégio Militar e assim começou a conversar com um soldado do

Corpo da Guarda; esse soldado falou com outros, chamou o sargento também, e aí ele disse que era de uma unidade de Belém e que tinha ido para Manaus de férias, mas chegando lá, encontrou a casa da tia fechada, e o comandante tinha até feito um pedido para fazer umas compras para ele na Zona Franca de Manaus. Ele tinha uma lábia danada, o rapaz. Conseguiram que ele ficasse alojado no Colégio Militar, onde ele começou a trabalhar. Ele precisava que gostassem dele também, desse modo, fazia de tudo: colocava os colchões no sol para tomar ar etc... até as tartarugas que ficavam num laguinho ele limpava o lodo e foi despertando o ciúme em outro sargento, que começou a ficar no pé dele, desconfiado. Acabou desmascarado, pois o sargento viu a identidade dele que começava por 14, sendo que estes dois primeiros números indicavam a Região Militar, que eram apenas 12. Confrontado ele confessou toda a história para o tenente e foi indiciado por uso indevido de uniforme. Ele já era civil, tinha sido expulso, e estava usando uniforme de sargento. Mesmo que ele fosse uniforme de soldado, incorreria no mesmo crime. Sei que ele foi parar na Polícia do Exército, preso. Lá, com uma carência de pessoal, o colocaram para datilografia de novo, dentro do quartel. O comandante pediu autorização para a juíza-auditara, na época, doutora Maria do Carmo Malafaia, para que ele, durante o dia, trabalhasse na secretaria do quartel. Ele bem-conceituado, caprichoso no trabalho e tudo mais. A doutora Maria do Carmo designou o interrogatório e o acusado compareceu. Ela foi perguntando assim: “Mas, o senhor, então... O senhor fez a carteira realmente com o título de sargento?” Ele disse: “Fiz, sim senhora.” “E a carteira é esta que está apreendida aqui?” Disse a juíza. Ele olhou o processo e disse: “Essa é uma.” “Por quê? O senhor tem outra?” Continuou a juíza. “Tem esta outra aqui!” Afirmou o ex-soldado, apresentando outra carteira igual. E tinha umas cinco carteiras no bolso dele. Ele apresentou à juíza todas as carteiras, que foram imediatamente apreendidas.

E, depois, ele foi condenado, evidentemente. O pessoal ficou com pena de mandá-lo para o presídio. Como ex-soldado ele deveria terminar de cumprir a pena em unidade prisional civil, mas faltava cerca de um mês e meio a dois meses para terminar a pena e, assim, o comandante pediu para ele terminar de cumprir a pena no quartel. Portanto, foi permitido que ele terminasse de cumprir a pena na Polícia do Exército. Depois, então, ele foi mandado embora, com a recomendação de devolver todas as carteirinhas, porque ele tinha feito inúmeras, e o uniforme ficou apreendido para ele não fazer mais isso. Eu achei um fato bastante jocoso e interessante.

Eu tive outro caso, em Manaus, que também achei interessante, e me trouxe até uma certa dificuldade de relacionamento com o juiz-auditor, que ficou muito chateado comigo. Era o caso de um tenente que comandava um pelotão do Exército. O tenente chamava-se Josinaldo de Oliveira, comandante de um pelotão de fronteira. Ele não poderia estar comandando o pelotão porque ele era temporário, mas devido à carência de pessoal ele estava comandando o pelotão de Assis Brasil, no Acre. Em um certo evento, na cidade, saiu uma briga bastante áspera, entre um civil e um soldado, por conta de uma moça que namorava o civil, mas se interessou pelo soldado. Então, saiu aquela brigalhada toda e tal. A menina tinha 15, 16 anos, foi o pivô da briga. O tenente Josinaldo de Oliveira, então, o que ele resolveu? Ele resolveu mandar, no outro dia, chamar o civil e a menina, no quartel. Colocou o soldado, a menina e o civil, cara a cara, um com o outro. Deu uma reprimenda nos três. Para punir a menina, botou a garota para fazer a faxina no quartel, limpar freezer, esfregar a cozinha toda. A menina de mini-saia chorava e enxugava as lágrimas com a ponta da saia; Os homens foram colocados para fazer uma disputa a nado num igapó (laguinho no fundo do quartel) e, depois, apertarem as mãos. O civil

nadava mal e quase morreu lá no nado, foi uma confusão danada; depois de voltar para a cidade, a menina deu queixa na delegacia, dizendo que tinha sido maltratada e se instaurou inquérito sobre isso. O desentendimento deles foi em uma festa na cidade, à noite, não tinha nada a ver com a atividade do Exército. Manaus tinha umas coisas bem interessantes. Resultado: foram levados todos para Manaus: o tenente, a menina e sua mini-saia, o soldado e o civil, todos ouvidos na Auditoria. E aí, eu pedi a condenação do tenente, e o juiz-auditor, pessoa muito querida e dedicada, não quero entrar em muito detalhe, absolveu o oficial, dizendo que a menina não merecia essa consideração, até porque “ela só não dava para os sapos, pois não sabia distinguir os sexos”. Isso constou da sentença e, assim que li falei com ele e pedi para ele retificar dizendo que não concordaria com isso. Era é um absurdo. “Foi um constrangimento ilegal que o oficial praticou. Esse oficial não podia ter feito isso, absolutamente.” Ele disse: “Não, tem que olhar a intenção do oficial que era educativa.” Respondi: “O senhor dá a sentença, eu vou recorrer.” E eu recorri, e ele riscou o meu recurso todo, antes de mandar para o Tribunal e ainda fez considerações embaixo, à mão, criticando o recurso. Ele era também uma pessoa bastante diferente, diferenciada. Ao julgar minha apelação, o STM fez uma censura a ele e mandou riscar da sentença as expressões que havia utilizado. Por causa desse processo ele ficou chateado e parou de falar comigo, infelizmente, mas eu não podia fazer outra coisa, apesar de ter por ele elevada consideração e reconhecer sua dedicação.

Manaus tinha umas coisas diferentes. Corria um processo de uma exposição que o Exército fez em Rio Branco, no Acre, no Dia do Exército. Montaram equipamentos na praça, botaram tanque, canhão, etc, cobertos com aquelas redes de camuflagem, escalando uma guarda para o evento. Um dos soldados

estava de guarda ao lado de um canhão e as pessoas foram chegando, algumas pedindo explicação, e ele então, com muito entusiasmo, foi falando sobre o alcance, que aquele canhão era muito potente, que era o canhão maior que eles tinham ali, enfim, que era rebocado por um caminhão para poder fazer não sei o quê. E, assim, ficou falando com as pessoas. Isso na frente do canhão, e o canhão disposto junto com todo o equipamento do Exército, na praça principal, lá de Rio Branco. No meio desses civis que estavam vendo a exposição, tinham famílias, crianças, duas jovens e um soldado que estava esperando o ônibus para ir ao quartel, à paisana. Ele viu que aquela explicação tinha despertado o interesse das duas moças, então ele se aproximou delas e começou: “Eu também sou soldado, eu sirvo, eu faço, eu aconteço.” E saiu com as duas para o lado, para falar o que ele sabia do canhão; e eu sei que ele foi para trás do canhão, explicando as perguntas e municiou o canhão. O outro lá na frente, as pessoas perguntando; e, a certa altura, perguntaram para o soldado de serviço: “Vem cá e esse canhão, como é que dispara?” O soldado falou: “Ele dispara assim”, e bateu no disparador do canhão. O que aconteceu? O canhão disparou. A sorte é que o outro rapaz tinha colocado no canhão a granada de exercício, que não era explosiva. Esse tiro simplesmente saiu dali do canhão; varou o Palácio do Governador; e caiu um petardo de mais de um palmo de chumbo, do lado da mesa de despacho do governador. Arrebentou a parede e foi parar lá dentro do Palácio do Governador.

Memória MPM – O governador estava no Palácio?

Mário Sérgio Marques Soares – Não estava. Em compensação, as pessoas que estavam na frente, uma delas perdeu uma vista, outra ficou surda e outras tiveram

queimaduras sérias porque o canhão foi disparado na cara delas, praticamente. Então, feriu várias pessoas, e esse julgamento deu muita discussão. O Conselho de Justiça acabou por condenar os dois soldados. A denúncia não foi minha. Esse processo já estava em andamento quando eu assumi, mas acabou que os dois militares foram condenados: tanto aquele que apertou o canhão, porque o fez sem conferir – apesar de ele pensar que o canhão estivesse desmuniado, mas é aquela história: ele não poderia ter disparado – e o outro soldado que municiou o canhão. Enfim, os dois acabaram condenados por lesões corporais, inclusive lesões corporais graves, só que eram lesões culposas, eles não tinham a intenção de ferir ninguém, absolutamente. Um deles estava fazendo só a explanação do armamento, e o outro quis se exibir para as moças, mais nada, não tinha a intenção de ferir ninguém. Eu fiz questão de contar esse caso também, porque achei que ele era um caso diferente.

Um fato jocoso ocorrido em Manaus foi a visita do Presidente do STM, general de Exército Heitor Luiz Gomes de Almeida. O dr. Rosa estava de férias e eu e a dra Maria do Carmo Benevenuto, juíza-auditora substituta – excelente pessoa, muito querida – fomos receber o presidente no aeroporto. Todas as altas autoridades militares estavam lá. Depois de uma breve visita à Auditoria ele foi para intensa atividade e visita às unidades militares da Amazônia. Ficou por conta do Exército. Só no final avisaram à auditoria que o presidente ia embora e o horário. Ela suspendeu a sessão e fomos os dois ao aeroporto. Lá chegando não tinha ninguém do Exército, nenhuma movimentação. Fomos na sala VIP e nada. Foi então que ela pediu para ligar (não havia celulares) para o Comando Militar da Amazônia e foi informada de que o presidente ia embora pela Base Aérea da Aeronáutica, no bairro de Educandos, do outro lado da cidade. Saímos correndo para lá e quando chegamos no portão da Base Aérea

o avião já estava decolando. Saímos do carro e ficamos rindo e dando adeus para o avião.

Depois, eu saí de Manaus e fui para Belém. Lá, nós não conhecíamos quase ninguém, além da dra. Iranilce, que trabalhava na Auditoria desde a época que meu tinha sido juiz-auditor substituto e uma amiga de família cujo marido, falecido em acidente aeronáutico, tinha sido subcomandante da Base Aérea. Na Auditoria, tinha uma boa sala para o Ministério Público. A Auditoria era relativamente nova. Acho que era a única Auditoria da Justiça Militar que tinha elevador e que foi construída com elevador porque, na época, o juiz-auditor Juraci Reis Costa era cardíaco, não podia subir escada, então, fez-se o projeto com elevador. Inclusive, ele era um dos mais antigos juízes-auditores da Justiça Militar; e foi ele que conseguiu as verbas e o terreno bem no centro, na Governador José Malcher, para construir a Auditoria. Nós do MPM só tínhamos uma sala na Auditoria, em Belém. Então, eu a utilizava, pela parte da tarde, do expediente. O Demócrito Rendeiro de Noronha conseguiu uma outra sala e uma extensão do nosso telefone.

Em Belém tínhamos menos processos. Eram basicamente os mesmos crimes, e nós tínhamos muito problema porque, naquele tempo, os processos de insubmissão e de deserção do Exército eram julgados pelo Conselho de Tropa, Conselho de Justiça da unidade, que eram formados por um capitão e dois tenentes. Não tinha participação do juiz-auditor, do Ministério Público, nem nada. O termo de deserção equivalia à denúncia. A partir do momento em que era lavrado o termo de deserção, já iniciava o processo de deserção. O Ministério Público só atuava em grau de recurso. Como é que funcionava esse processo de deserção e de insubmissão no Exército? Os processos da Marinha

e da Aeronáutica eram julgados na Auditoria, mas os processos do Exército eram julgados pelo Conselho de Tropa, formado por três juizes: um capitão e dois tenentes. Como funcionava? O termo de deserção era considerado já a denúncia e se instaurava o processo. Não tinha despacho de recebimento de denúncia, e, assim, vinha o interrogatório. Faziam-se algumas diligências, dependendo, vinha uma ou outra informação, mas basicamente o fato era: se o militar se ausentou e não tinha autorização, lavrava-se o termo de deserção e pronto. Também acontecia de o militar entrar com alguma justificativa, porque tinha algum documento ou ficou hospitalizado; sim, às vezes acontecia isso, de o soldado ter uma folga, ir para determinado lugar, se lesionar e ser hospitalizado; e o quartel não tinha conhecimento desses fatos, o tempo passava, lavrava-se o termo de deserção, e ele ia responder ao processo de deserção. O militar, quando chegava, nem sempre podia provar o que tinha acontecido, e nós tínhamos muitos problemas, pois, somente quando o processo já estava na Auditoria, é que se abria vistas ao Ministério Público e à defesa, que, invariavelmente, recorria. Raros eram os casos de absolvição. Raríssimos! Só quando, por exemplo, ocorresse, como já vi casos, de um soldado que foi atropelado, foi parar no hospital, em Manaus, e foi dado como desertor.

Mas, naquele tempo, o contato era muito precário, nós não tínhamos telefone, não tínhamos nada, o que se usava era telex, e o fax veio depois. Então, você vê que, naquele tempo, para fazer um contato qualquer, realmente, era muito difícil, ainda mais se fosse uma unidade distante, etc. Essa situação, ela permaneceu, basicamente, até a Constituição de 1988.

Depois da Constituição de 1988, é que começou a se questionar a nulidade dos processos de deserção por ausência de denúncia do Ministério Público.

Houve até uma tentativa de se fazer uma denúncia sem remeter o processo ao Ministério Público. Só aí que se questionou, concomitantemente, a ineficácia do termo de deserção como peça de acusação, e sim como peça informativa; questionou-se também a constitucionalidade dos Conselhos de Justiça, que não tinham a participação de um juiz togado, do Ministério Público e da defesa, sobretudo. E aí, onde estava a ampla defesa e o contraditório? Não tinha ampla defesa e contraditório.

O órgão julgador e processante era o Conselho de Justiça da unidade, então isso tirava do juiz-auditor toda a participação nos autos. Além disso, nós tínhamos também os inquéritos que eram muito malfeitos, feitos de maneira precária. Então, por exemplo, faziam-se perícias, sem se nomear o perito.

Memória MPM – Já havia a figura do encarregado?

Mário Sérgio Marques Soares – Já havia a figura do encarregado do inquérito. Só que, por exemplo, mandavam a ele fazer perícia, às vezes, ele mesmo tomava determinadas medidas. O escrivão fazia as coisas. Ele não fazia a nomeação do perito. Enfim, não fazia advertência ao indiciado, ele não era obrigado a responder pergunta, ao contrário, ameaçava, às vezes. As ameaças iam ao interrogatório. Que se diga a verdade, e não sei o quê, sob pena de ser preso. Então, quer dizer, essas coisas do gênero.

Quando eu cheguei a Belém, já um pouco mais calejado do que em Manaus, fui a uma solenidade do Exército para a passagem de comando de um batalhão, salvo engano. Fui convidado e fui com minha esposa. Chegando lá, nós fomos ao

palanque. O comandante da Região, era o general Ramiro Monteiro de Castro e ele estava lá com sua esposa, e eu com a Rosa Maria, minha esposa. Ela sempre me deu muito apoio e incentivo, sempre junto comigo. Nós ficamos juntos no palanque, e a esposa do General Ramiro, D. Gilda, olhando para a Rosa, e a Rosa olhando para ela. Aí, se apresentaram. Resultado, o general Ramiro Monteiro de Castro tinha sido vizinho do meu sogro, em Vila Isabel, RJ. Ele e meu sogro alternavam-se como síndicos do edifício. Muitos anos tinham-se passado. Isso foi, ainda, quando minha esposa era adolescente, morava no Rio de Janeiro. Assim, a Rosa falou com a esposa dele e perguntou pelas filhas, porque minha esposa brincava com as filhas dele. Nós fizemos amizade boa, e aí, eu fui conversar com ele. Falei: “General Ramiro, é o seguinte, nós estamos tendo alguns problemas, não só em termos de julgamento de deserção, e ter havido muito questionamento em relação à diligência e como se faz. Às vezes, poderia inclusive o rapaz ter alguma justificativa. Não se pergunta nada a esse respeito, não se dá essa oportunidade, e sem contar que os inquéritos estão vindo muito ruins. Como é que a gente poderia fazer isso?” Aí, ele falou: “Olha doutor, a Região faz inspeção em todos os quartéis subordinados. Então, se o senhor quiser, toda vez que sair uma inspeção, eu mando preparar para o senhor no quartel ou em uma casa militar, que funciona como hotel de trânsito para nós, e, se o senhor quiser participar, eu insiro o nome do senhor. Falo com o comandante do COMAR [Comando Aéreo Regional], e aí o senhor vai junto com a nossa equipe.”

Então, eu passei a viajar com a equipe do Exército. Esse grupo ia fazer inspeção em Itaituba, Marabá, Santarém, Altamira, cidades do Pará. Quando chegava lá no quartel, o comandante da Região Militar já estava avisado. Ele pegava todo o pessoal dele, ligado a essa área de Justiça, e deixava separado para ser

entrevistado por mim. Então, eu fazia para eles um tipo de cursinho a jato sobre: como fazer os processos de deserção e de insubmissão; como fazer investigação; como fazer o inquérito. Levava tudo bonitinho para eles copiarem aquilo. Dava trabalho porque era tudo datilografado, era tudo manual, na época, então realmente... E, assim, o meu trabalho passou a ser muito simplificado porque esses quatro quartéis, que eram os maiores, eram de onde provinham os maiores casos, o maior volume fora de Belém. Os outros ficavam na cercania ali em Belém e eram de fácil contato. Iam fazendo visita em quartel, eu visitava o comandante, dizia: “Olha, comandante, a situação é essa e tal.” Toda a vez que acontecia um fato, ele mandava o encarregado do inquérito me procurar na Auditoria. Invariavelmente, isso acontecia. Então, eu passei esse período em Belém, foi muito bom, e pensei até em permanecer mais tempo lá.

Eu sempre tive um conceito de que os acidentes com disparo de arma, eles não eram tão inocentes assim e, aliás, continuo até hoje pensando assim, que 50% dos casos não são de homicídios ou lesões culposas. Tem um fundo ali de verdade, de intenção, na realidade, mas que o soldado depois alega que disparou sem querer, principalmente, quando tem poucas pessoas. Ele só é a vítima, que é uma situação bastante inusitada. O soldado diz que está de cara com a vítima, pegou a arma, foi mostrar alguma coisa e disparou, e realmente a bala acerta o peito, a cabeça, etc. Raramente, dispara... Quando você vê um acidente mesmo, pegou no pé, pegou na perna, pegou e tal. Não, é? Agora, esses que são direto, no corpo, na cabeça, na parte tal, é muito complicado.

Eu tive, em Belém, um caso desses, que me chamou muita atenção, porque, quando eu li o processo, eu pedi para ser feita uma perícia no local. Coincidentemente, viajei para o lugar, em Altamira, PA, porque eu não

acreditava que aquilo ali tivesse sido uma coisa fortuita. E como aconteceu? O batalhão tem um campo enorme, um prédio na frente e, atrás dele, tem um gramado grande, um local que usam até como campo de futebol. À direita e à esquerda, existem uns pavilhões, de manutenção, de armamento, e assim por diante. Então, o que aconteceu? Havia um jogo de futebol no meio. Tinha os pavilhões para a direita e outros para a esquerda, no meio, tinha um jogo de futebol. No final de um pavilhão, digamos assim, de quem está olhando do prédio principal do comando para o campo, à direita e ao final, tinha um sargento limpando uma arma, era uma pistola. Ele terminou de limpar a arma, foi mexer nela e a municiou. Em um desses movimentos de distração, ele deu um golpe de segurança, e ela foi carregada. Aí, ele tirou o pente da arma, mas a bala ficou lá dentro. Ele foi mexer nela, e ela disparou. Ele ficou muito preocupado, saiu correndo, porque o pessoal estava jogando futebol ali no meio. Foi lá, chegou, o pessoal ouviu, parou o jogo, foi aquela confusão, e aí, olhou: “O que aconteceu?” “Não, graças a Deus, hoje não aconteceu nada.” Quando chegou no final do dia, na revista do recolher, deram falta de um soldado: “Cadê? E o fulano? Fulano saiu do quartel?” “Não, não saiu, ele é laranjeira, dorme aqui no quartel.” “E onde é que está o fulano?” E nada e foram procurar o fulano. Ele estava do outro lado, no final do outro pavilhão, à esquerda, capinando. Foram procurar e o encontraram. Ele estava caído, morto com uma bala na cabeça. Imagina, saiu a uma distância de mais de 150 metros, digamos assim, e ninguém tinha sequer percebido. As testemunhas confirmaram o local onde houve o disparo, e tudo o mais. Nós vimos que, realmente, não tinha sido uma coisa pensada, calculada. Eu falei: “Disparo na cabeça? Não é possível, eu quero ver! Eu vou ver isso de perto.” Quando nós fomos na inspeção, eu fui estando no quartel pedi para fazerem a reconstituição, a reprodução simulada do crime; e, de fato, tinha sido um caso

involuntário. Embora um crime culposo, foi homicídio, mas não tinha sido o crime que eu imaginava que pudesse ter sido, então, tem essas coisas também que acontecem.

Na Auditoria, como em quase todas por onde passei, só havia um advogado de ofício. A dra. Zilah Fadul, Juíza auditora, era professora na Universidade e conseguia sempre defensores dativos. Havia muita colisão de defesa, nos crimes praticados em coautoria. Uma dessas advogadas, defensora dativa, dra. Anete, chamou a minha atenção pelo zelo e dedicação. Um belo dia conversei com ela incentivando-a a fazer o nosso concurso que ia abrir. Ela relutava, dizendo não sentir vocação acusatória, mas acabou fazendo o nosso concurso e foi aprovada. A Anete Borborema foi excelente aquisição para o MPM. Seu esposo Rui, excelente camarada, muito a incentivou.

Pois bem, como eu tinha dito, de repente, chegou a notícia de que o Walter Martins Pereira tinha ido embora, de Salvador para o Rio de Janeiro. Meu sogro era baiano, ele tinha um irmão que morava em Salvador e um outro que morava em Santo Antônio de Jesus, cidade próxima que fica perto da Ilha de Itaparica, atravessando a Baía de Todos os Santos. Como nós nos sentíamos muito isolados, estávamos um pouquinho mais de dois anos e meio, entre Belém e Manaus, numa época em que as viagens aéreas eram caríssimas e sair com toda a família era muito difícil. O tempo que passamos em Manaus era mais barato ir para Miami/EUA do que ao Rio de Janeiro. Não fizemos uma só viagem de férias. E aí, pensamos como íamos fazer? Permanecer sozinhos, num lugar distante ou ir para Salvador, perto de parte da família da minha esposa, com uma distância razoável para viagem de carro? Em Manaus ficamos ilhados, pois não tinha estrada. Belém a Brasília eram 2.300 km de distância,

que percorremos por três vezes. Mas Salvador ficava a 1.600 Km de Brasília, Rio ou Juiz de Fora.

Evidentemente, que nós sempre fomos bem acolhidos. Eu agradeço demais a doutora [Maria de] Nazaré [Guimarães de Moraes], que foi uma irmã, me deu um apoio inestimável. Ela o Balbino, seu esposo e as crianças Hendi e Marcelo, ele aluno do Colégio Militar, todo elegante de uniforme. Como eu disse, você chegar a um lugar, onde você tinha sido recém-nomeado e empossado, sem conhecer ninguém, sem ter contracheque, ainda conseguir alugar uma casa, só isso já foi um apoio extraordinário. E a própria juíza-auditadora, a doutora Maria do Carmo Malafaia, que foi também uma pessoa extraordinária. Aprendi muito com elas todas. Em Belém também agradeço profundamente a todos, Dra. Zilah, a dra. Iranilce, enfim. Eu tinha a teoria e a prática fora da Justiça Militar e fui adquirir a prática do direito penal e processual penal militares dentro da atividade, realmente, do Ministério Público Militar.

Em Manaus, quando nós chegamos, primeiramente ficamos na casa alugada que a Nazaré nos conseguiu. Depois eu peguei o que restou do meu fundo de garantia e da rescisão da CEB e compramos uma casinha. Casa simples, em um bairro relativamente simples, mas bem localizado até. Era no Conjunto Abílio Nery, em Adrianópolis. Formado por casas bem pequenas que as pessoas iam reformando, arrumando e, de fato, era muito agradável, onde eu morei.

Quando nós mudamos, vendemos a casa de Manaus. Em Belém passamos um ano de aluguel. Aconteceu até um fato curioso. Eu queria comprar um apartamento num edifício em construção, Edifício Raimundo Farias, mostrei a planta, e a Rosa, minha esposa, não concordou. Nós morávamos no 13º

andar, em um apartamento alugado, de um edifício antigo, Edifício Barão de Guamá, na Avenida Generalíssimo Deodoro. Era bem localizado, perto de escolinha, tinha um açaí gostoso perto de casa e tudo mais. Como era relativamente próximo da Auditoria, eu ia a pé para o trabalho e retornava por volta das 17h00. Chegava em casa, tirava o paletó e me sentava um pouco na pequena varanda da sala, de onde eu via a Baía de Guajará. Era uma vista bonita que foi sendo escondida pelo prédio onde eu quis comprar o apartamento e minha esposa foi contra. Já na fase de acabamento, com a vista da Baía de Guajará completamente obstruída, eu me sentava na varanda e chamava a Rosa e dizia: “olha lá o meu apartamento que você não me deixou comprar”, brincando com ela. Numa determinada tarde de agosto, próximo a irmos de mudança para Salvador, mas ainda trabalhando em Belém, terminou um julgamento mais cedo e fui para casa. Tirei o paletó e me sentei na varanda, dando um grito. Minha esposa veio correndo e eu disse “olha só!!! A Baía de Guajará!!”. Ela não tinha ainda percebido e me perguntou: “sim, e daí??”. E eu gritando perguntei: “Cadê o meu prédio?”. Ele simplesmente havia desabado matando várias pessoas. Já estava praticamente pronto, em final de acabamento. Até hoje fico lembrando e agradecido da Rosa não ter me deixado comprar o apartamento.

Então, nós optamos por mudar para Salvador. Foi muito bom ir para lá, onde nós passamos praticamente cinco anos. Meus filhos estudaram em bom colégio, o Instituto Social da Bahia e tínhamos contato com a família da Rosa. Minha esposa tinha prima, tios, enfim, nós estávamos cercados de pessoas da família e fizemos boas amizades, excelentes amizades, em Salvador. Fomos muito bem acolhidos e tivemos motivação para ficar lá. É evidente que, depois de algum tempo, a gente começa a ficar cada vez mais próximo, retornar para

as origens. De Salvador a Juiz de Fora são cerca de 1.600 km de distância, que percorríamos pelo menos duas a três vezes ao ano.

Quando eu cheguei a Salvador, o Kleber [de Carvalho Coêlho] ainda estava lá, recebendo processos por malote. Aí, já nem era mais o Decreto-Lei [nº 2.159, de 1984], a questão era não ter imóvel funcional. Assim, ficou aquela situação de vem, não vem. Havia ali, na realidade, uma certa acomodação na situação de cada um, porque bem ou mal, ele tinha o imóvel dele, a família, a esposa, os filhos... Ele recebia os processos por malote. Hoje, por exemplo, do jeito que os processos são, todos digitais, não é preciso receber por malote, pois acessa-se por computador e se pode trabalhar em qualquer lugar do mundo, em qualquer lugar em que estiver. Você recebe os processos, dá o seu parecer e continua com as coisas mais ou menos em dia. Naquele tempo era mais complicado. O Kleber [de Carvalho Coêlho] era um baiano autêntico, daqueles de vestir a camisa de baiano, que a Bahia era o melhor lugar do mundo. Era a capital do mundo a Bahia para o Kleber. Ele tinha justa razão nisso. Até a independência é diferente na Bahia. Lá é no dia 02 de julho. Salvador era muito agradável e ele, sobretudo, era de lá, tinha raízes. Ele me abriu algumas portas, sem dúvida alguma. Me levou a alguns lugares, me apresentou a Sociedade de Amigos da Marinha (Soamar) e fui admitido com Amigo da Marinha. Eu conheci várias pessoas, comecei a, digamos assim, transitar socialmente. Os meus filhos estudaram em uma boa escola. Nós fazíamos parte da Associação de Pais e Mestres. De repente, nós vimos nossa vida bem arrumada em Salvador.

Na capital baiana, foi muito bom, muito interessante. Nós tivemos lá uns casos assim extraordinários. Sobre um deles, investigado pela Polícia Civil, eu li no jornal “A Tarde”. Era sobre um crime em um shopping, no bairro Imbuí,

próximo à Auditoria, na Av. Paralela (Av. Luiz Viana Filho) pouco depois do Setor Militar Urbano. Era um shopping prédio pequeno com restaurantes e pouco comércio. O que aconteceu foi que tinha um grupo de jovens na porta, um homem teria passado, mexido com uma moça e, depois, um dos jovens foi morto, em seguida, por um dos homens que estavam junto desse homem. Eu li aquilo e não me despertou absolutamente nada, mas houve uma desconfiança de que esses homens eram militares. Eu ouvi a entrevista de um delegado que disse que ele não estava conseguindo aprofundar na investigação porque o Exército o estava atrapalhando, não estava passando informações para ele. Nessa época, ele até mencionou o chefe de Estado-Maior da região como uma pessoa que ele havia procurado, mas que não havia dado apoio. Eu conhecia esse coronel que era uma pessoa seríssima. Pensei: “Não é possível. Está acontecendo alguma coisa. Eu vou lá.” Aí, fui ao quartel general do Exército, conversei com ele, disse: “Doutor, vamos fazer o seguinte, não vamos conversar só nós dois. Vamos conversar o senhor, eu e o comandante, o general Rota. Vamos lá agora. O general falou: “Mas eu não estou entendendo por que isso está acontecendo assim, assado e tal?” Expliquei que eu já tinha estado com o delegado, e ele disse que um dos garçons teria dito que quem atirou no rapaz e matou estava em um grupo, que estava fazendo uma confraternização, e parece que um ou dois tinham feito pagamento com cheque da agência do QG, Quartel-General do Exército. Quer dizer, ele achava que poderia ser um dos que estavam lá, mas, como o Exército não quis fornecer informações sobre isso, eu falei: “Olha general, o senhor vai ficar numa situação de suspeição, como já fizeram com o coronel, chefe de Estado-Maior, e se trata de um crime gravíssimo. O senhor tem que tomar uma providência.” Assim, o que ele fez? Na minha presença mandou pegar o nome dos dois emitentes dos cheques e ver que missão eles estavam cumprindo. Verificou que o crime ocorreu na

véspera de eles se deslocarem para Porto Seguro, para fazerem a segurança da Rosane Collor [atualmente Rosane Brandão Malta]. O [Fernando] Collor [de Mello] era presidente da República, e a Rosane Collor ia a Porto Seguro. Eles iam fazer a segurança da primeira-dama, a pedido do governo. Aí, o general mandou chamar os dois, que tinham pago com cheque, e falou: “Eu quero saber onde vocês estavam e quantos eram?” Nós fizemos o levantamento todo, um deles confessou, e eu falei: “Olha general, vamos fazer o seguinte: nós vamos manter isso por enquanto em sigilo. O senhor vai chamar todos.” Ele mandou chamar todos que tinham participado. Teve uma confraternização na véspera da viagem para Porto Seguro. Inclusive, um deles, o coronel Ney de Souza, era o coronel mais antigo da região depois do chefe de Estado-Maior. Ele chefiava a 2ª Seção. Tinha o major Vitorino, o Maj Gelém e mais dois capitães e quatro ou cinco sargentos. O general mandou todos ficarem em uma sala de mesa comprida. Distribuiu papel e caneta para todos, para que fizessem o relatório do ocorrido. E aí, então, eles escreveram, só que o major Vitorino não contou a história, mas, no final, os sargentos escreveram bonitinho o que tinha acontecido e que foram para uma confraternização de aniversários do mês da 2ª. Seção. Na saída, tinha um grupo de jovens, uns quatro rapazes e quatro moças. O coronel Ney de Souza tinha bebido um pouco mais, foi lá e se engraçou e passou a mão no queixo de uma das moças. O namorado dela reagiu e deu um chega para lá nele, dizendo algo tipo: “Olha velho, se cuida, você não se enxerga?” O Maj Vitorino que tinha bebido ainda mais do que o Ney de Souza foi até o sargento que o aguardava na porta do shopping e pediu uma arma. Esse sargento disse que não tinha visto, só ouviu o tiro, a correria e o major entrar no carro com ele. Eles estavam com um Fusca da 2ª Seção, carro descaracterizado, que iriam viajar para Porto Seguro. Foi então que tudo esclareceu. O sargento tinha saído para pegar o carro e parou na

porta do shopping. Quando desceu do carro viu o major vindo em direção à ele dizendo: “Você tem uma arma aí?” “Por quê?” “Você tem uma arma ou não tem?” “Tenho, olha aqui a arma.” Pegou a arma, foi lá, deu um tiro no rapaz e o matou. Aí, nós esclarecemos o crime, instauramos o inquérito policial militar. Naquele tempo, tinha um dispositivo que dizia que o crime praticado com arma de serviço era crime militar também.

Memória MPM – Até então quem investigava era o delegado?

Mário Sérgio Marques Soares – Era o delegado. Aí, instauramos o inquérito, no outro dia, eu liguei para o delegado, que foi me encontrar na Procuradoria. Eu disse: “Olha, o crime está resolvido. Já instauramos o inquérito policial militar. Foi isso, isso e isso.” Conteí tudo para ele. Assim, foi aberto o caso. Ele disse: “Mas, doutor, o que eu faço?” “Bom, como foi de arma militar, eu mandei instaurar o inquérito policial militar, e aí, o seu inquérito, o senhor vai dizer o que houve, realmente, instauração do inquérito. Você já sabe quem foi e tudo o mais, faz as conclusões que você quiser. Agora, você aguarda que nós vamos pegar cópia de tudo e mandar para você”, eu falei. “Mas não vai ficar ruim para mim? Porque teve uma repercussão muito grande”, ele disse. E aí, foi divulgado, publicado em jornal, saiu na televisão, a solução que ele realmente tinha descoberto que eram pessoas do Exército, que já estavam fazendo a investigação e que iam remeter à Justiça Militar. Esse foi um dos casos.

Memória MPM – Ele foi condenado?

Mário Sérgio Marques Soares – Ele foi condenado, pegou uma pena bastante elevada, e o coronel Ney de Souza também, porque, depois do crime, eles fugiram para o quartel e lá, na 2ª Seção, o coronel mandou que todos mantivessem silêncio sobre o assunto, que ninguém falasse nada, que ninguém ia descobrir. Então, ele foi também condenado.

E teve um outro processo também que era de um tenente de Aracaju, que praticava assalto e estupro na praia de Atalaia, também, usando arma do Exército e tudo o mais. Ninguém sabia quem era o estuprador da praia de Atalaia. Era um caso da polícia procurando, tentando descobrir e tal, até que uma vez ele atacou um casal, e o rapaz tinha servido o Exército. Ele viu uma arma, reconheceu-a como do Exército. A polícia, então, armou um flagrante. Ela sabia que ele atacava de tempo em tempo, e começou a fazer uma campanha para ver se pegava quem era, e o pegaram em flagrante. Esse processo foi muito complicado, porque envolvia muitos civis. Também, porque ele usava arma do quartel e foi considerado, na época, crime militar. A advogada dele era uma advogada festejada lá, em Salvador, a doutora Ronilda Noblat. Eu tirei umas férias e, nesse período, tinha ido um colega para me substituir, eu estava sozinho, e esse processo era bastante emblemático. Eu tinha feito um pedido para ouvir várias testemunhas. Bom, o colega que foi me substituir, ele simplesmente desistiu das minhas testemunhas. A defesa achou formidável aquilo, disse que também não tinha testemunha para ouvir. Ele, meu colega, disse que não tinha diligência nenhuma a realizar, e o processo ia para o buraco, porque só ia ter a palavra das vítimas e a palavra do tenente, embora ele tivesse sido preso em flagrante. Mas, e os casos antigos, né? Só que o juiz-auditor substituído, dr. Rogério Azambuja, que era um rapaz novo ainda e muito correto, pegou e mandou vir, como testemunhas do júízo, as testemunhas que eu tinha

arrolado, e depois, devolveu prazo para diligências, se houvesse alguma em relação àquilo que essas testemunhas haviam dito. E foi a salvação de nosso processo. Bom, resultado, o processo depois foi para diligência, porque a defesa pediu diversas... A partir disso, se reabriu praticamente a discussão, a par de prova, porque, em cima do que foi dito por essas testemunhas, nós podíamos pedir que elas fossem ouvidas, e a defesa se aproveitou também, e nisso veio a minha remoção para Juiz de Fora, e eu fui embora de Salvador.

Tivemos outro caso interessante. Tinha uma quadrilha que ninguém pegava. Eles assaltavam ônibus saindo de Salvador, e a polícia já tinha feito de tudo. A Polícia Rodoviária prendia, e a Justiça soltava. Disse que esse grupo tinha um relacionamento político por trás. Era uma coisa difícil mesmo, e as pessoas andavam até em pânico de viajar de ônibus ali. Até que um dia, esse grupo assaltou um ônibus que estava indo para Aracaju, levando um pessoal do Exército com equipamentos, e eles assaltaram e roubaram equipamentos. Graças a isso, nós pegamos a quadrilha porque, quando eles foram identificados, o Exército ajudou a fazer o cerco, e eles foram presos, e a ordem de prisão saiu da Justiça Militar. Não tinha jeito de mandar soltar.

Na época, quando nós pegamos esse pessoal dessa quadrilha, eles passaram a nos ameaçar de morte. Eu recebi algumas ameaças por telefone, ligavam para casa, dizendo que eu ia sair, mas não ia voltar.

Memória MPM – Naquela época havia algum tipo de serviço de segurança para os membros?

Mário Sérgio Marques Soares – Não tinha proteção, não tinha nada. Na realidade, em Salvador, a nossa proteção é que nós estávamos dentro de uma área militar. Você chega à avenida, chamada Paralela, tem a entrada do quartel, onde vai para a Polícia do Exército e o Batalhão de Guardas, à direita assim subindo, então tem uma cancela do Exército, a Auditoria fica ali dentro, logo à direita. Nesse período, eu passei a andar armado, embora acho que não valesse grande coisa, não; só para você achar que, de alguma forma, teria meios de se defender em uma eventualidade.

Memória MPM – A estrutura da Procuradoria em Salvador contava apenas com os membros?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu cheguei a Salvador e já estava ali há algum tempo, tipo assim, uns quatro meses, e um belo dia me ligaram de Brasília, me cobrando a frequência do servidor Alcino. Alcino? Acho que era Alcino o nome dele. Era um senhor moreno, alto, já idoso, do tamanho da porta, imenso ele, forte mesmo. Eu falei: “Mas, que frequência de servidor? Não tem servidor nenhum aqui. Estou aqui já faz algum tempo...”

Memória MPM – O senhor não sabia da existência do servidor?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, aliás, eu nunca soube que tivesse alguma Procuradoria com servidor. Não tinha. O único lugar, na época, que ainda tinha servidor era na Procuradoria do Rio de Janeiro, porque lá teve um período em que o Tribunal manteve uma representação. Como o Tribunal tinha uma

representação, o Ministério Público também manteve, onde ficou, inclusive, durante vários anos, a doutora Marly Gueiros Leite, na representação da Procuradoria de Justiça Militar junto à representação do Tribunal.

Fui então conversar com o pessoal da Auditoria. “Mas vem cá, mas que negócio é esse? Me ligaram de Brasília para cobrar a frequência de um servidor.” “Doutor, ninguém conversou com o senhor sobre isso, não?” “Não.” “É o seguinte, quando o doutor Ruy [de Lima Pessôa] foi procurador aqui, tinha um rapaz que veio da Polícia Rodoviária, foi requisitado como segurança e depois ficou no Ministério Público, fez a opção pelo Ministério Público.” Nós éramos vinculados ao Ministério da Justiça, antes da Constituição de 1988, e a Polícia Rodoviária, idem. Foi da Polícia Rodoviária, depois para o DNER, [Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte], e ficou à disposição do doutor Ruy [de Lima Pessôa], como segurança dele, na época de Segurança Nacional, lá em Salvador, e ele hoje tá adoentado, tá de licença. Mas falei: “Tá de licença médica?” “Eu não sei, porque é assunto da Procuradoria, nós não sabemos.”

Ele tinha uma saúde bastante debilitada, e aí eu pedi para fazerem contato com ele. No outro dia, ele apareceu lá para se apresentar. Eu tomei até um susto, estava trabalhando, alguém bateu na porta, eu disse: “Entra.” Quando entrou, o sujeito era do tamanho da porta, idoso, grande, para o lado e para cima, e ele andava sem poder dobrar a perna, com muita dificuldade. “Ah, doutor, eu estou até com dificuldade aqui.” Ele sentava, mas não dobrava o joelho. Aí, ele veio me contar que ele tinha uma artrose muito severa, estava andando com muita dificuldade. “Mas vem cá, você não aposentou ainda por quê?” “Porque não, me faltou um tempo de não sei o quê, que na verdade eu entrei quando...”

Enfim, era uma confusão que faltava algum tempo para ele se aposentar. Eu disse: “Por que o senhor não se aposenta por invalidez?” Disse: “Não, porque aí eu vou perder muito.” Aí, eu falei: “O que eu vou fazer com esse senhor aqui?” Na verdade, o médico não disse que ele não podia trabalhar, ele não estava de licença médica mais. Eu não posso colocá-lo aqui, eu não tenho mais nem onde colocar, já tinha uma sala que era minha, depois, eu alternava com o colega, nós dividíamos a sala. Como é que eu vou resolver isso? Não tenho como fazer isso, daí eu falei com ele: “É o seguinte, o senhor vai se apresentar a mim todo o mês. O senhor vai para casa, eu quero notícias suas.” Aí, passou o primeiro mês, ele apareceu lá. No segundo mês, coitado, ele ia subindo uma rampa em curva, era um asfalto, não tinha calçada. Você subia pelo asfalto, como quem fosse para a companhia de guarda, mas tinha uma entradinha para a Auditoria, onde do lado é a Procuradoria. Ele pegava a condução até a cancela, e o resto tinha que caminhar. Esse homem levou um tombo, perdeu o equilíbrio e foi rolando o asfalto abaixo. Botaram ele em um táxi, levaram para o hospital do Exército, deu um trabalho danado. Assim, eu passei a fazer inspeção na casa dele, para saber se ele estava vivo ou não. Como é que eu ia fazer? Eu tinha que mandar uma frequência para ele, no final do mês. O médico não dava a ele mais licença-médica porque dizia que ele não tinha uma doença incapacitante, e tinha! Achava aquilo um absurdo, entendeu? Se ele permanecesse de licença, ia ser aposentado por invalidez, compulsoriamente. Ele não queria, pois ia perder... Ele chorava, chorava, chorava... Um homenzarão, um senhor já de idade chorando porque não podia ser aposentado por invalidez, que ele ia perder gratificação, não sei o quê... Falei: “Não é possível um negócio desse!” Aí, mantive contato com o pessoal de Brasília. Disse: “Olha, eu não vou ficar com essa situação informalmente. Eu quero que vocês tenham ciência disso e me ajudem e digam o que fazer” Assim, disseram: “Não, realmente, o caso dele

é um caso complicado.” E enfim, ficou assim mais uns seis ou sete meses nessa situação, e ele aposentou. Graças a Deus! Tirou um peso das minhas costas...

Memória MPM – O senhor falou da estrutura de Belém (PA) e de Manaus (AM). Como era Salvador (BA), na época?

Mário Sérgio Marques Soares – A Auditoria de Manaus, de Salvador, de Campo Grande e Bagé, todas eram de um projeto padrão, o mesmo projeto. A de Manaus foi construída por último. Normalmente, o Exército destacava uma área, a CRO – Comissão Regional de Obras do Exército fiscalizava, e o Tribunal contratava uma empresa local para construir, mas aquele projeto idêntico. Então, basicamente a Auditoria de Manaus, de Salvador, de Campo Grande, tinha uma outra, não sei se a de Bagé, também... Esse projeto foi usado para algumas Auditorias. Ele tinha embaixo a secretaria, na lateral, uma escadaria que subia e dava então na área onde tinha o plenário, o gabinete do juiz titular, do substituto, uma sala da defesa, outra do Ministério Público, e uma sala de estar grande para a qual todas essas portas abriam. Depois que recebemos ameaça de morte – o dr. Rogério também recebeu – notamos que a Auditoria não oferecia segurança. Com a minha experiência de obra, rascunhei um projetinho e o dr. Rogério encaminhou ao Presidente do Tribunal, com as justificativas de segurança dos juízes e dos membros do MPM. O Presidente aprovou e mandou orçar a obra. Resultado, reformamos o prédio da Auditoria para que o acesso não ficasse direto aos gabinetes.

Como disse, eu fui contemporâneo do Kleber [de Carvalho Coêlho], em Salvador, mas não ele trabalhando perante a Auditoria. Era ele dando parecer

e recebendo os processos. Então, ele ia lá sempre, na Auditoria. Conversava com o juiz-auditor. O Kleber ia receber os processos, que vinham por malote, às vezes, por malote do Tribunal, outras vezes, por malote nosso. Nós não tínhamos uma coisa muito regular. Éramos absolutamente dependentes da Auditoria, às vezes. Nós recebíamos correspondência por malote do Tribunal. Recebíamos quase tudo por malote do Tribunal, depois é que se passou a ter malote direto da Procuradoria-Geral de Justiça Militar para as Procuradorias de Justiça Militar estaduais, mas, de início, tudo era da Auditoria: telefone, prédio, tudo era da Auditoria... Então, a situação era bastante desconfortável.

Memória MPM – Aqui também em Brasília era assim? A Procuradoria-Geral de Justiça Militar funcionava no Superior Tribunal Militar (STM)?

Mário Sérgio Marques Soares – Funcionava no STM, no sétimo andar. Aconteceu até um fato interessante porque, quando eu vim promovido para Brasília, descobri finalmente por que o pessoal não vinha para cá. A Procuradoria-Geral de Justiça Militar não fazia força para trazer o pessoal para Brasília, não era só porque não tinha imóvel funcional... O pessoal não vinha para Brasília porque não tinha onde ficar na capital para trabalhar. As acomodações da Procuradoria-Geral comportavam um Ministério Público Militar minúsculo. Com a criação dos cargos na época do meu concurso, o andar não comportava mais o Ministério Público Militar de jeito nenhum! O prédio do Tribunal tem um lado, um pouquinho mais curto, quando se sai dos elevadores, à direita, digamos assim, hoje onde tem aquele Museu, umas salinhas ali, os banheiros e tal... Do outro lado, onde tem o Plenário e a Presidência do Tribunal, é o lado mais comprido do prédio, que era dividido desta maneira:

no sétimo andar ficava o gabinete do procurador-geral de Justiça Militar, era um bom espaço, tinha banheiro privativo, e tinha que acomodar ali, a essa altura, cinco subprocuradores-gerais e oito procuradores de primeira categoria, ou seja, 13 pessoas, fora a parte administrativa que ficava do outro lado. Tudo no sétimo andar. Na área administrativa, tinha a Diretoria Processual, que era chefiada pela Sarah Oberman, etc. E como é que funcionava? O que a Procuradoria-Geral fez? Ela começou a dividir em salas. Tinha o gabinete do procurador-geral; outro gabinete um pouco menor, normalmente, para dois subprocuradores-gerais; e, para os outros três subprocuradores-gerais, eles fizeram um cubículozinho que não cabia quase nada. Então, era dividido ali entre o [Marco Antonio Pinto] Bittar, o Kleber [de Carvalho Coêlho], o [José Carlos] Couto [de Carvalho], fora outros colegas que passaram ali: o Flávio Benjamin [Corrêa de Andrade], o Rubem [Gomez] Ferraz, o Ferreirinha [João Ferreira de Araújo], etc. E aí, o que é que eles fizeram? Como é que eles acomodaram oito procuradores de primeira categoria? Pegaram uma sala, botaram quatro mesas, duas a duas mesas de frente umas às outras e uma passagem estreita, um por trás do outro, ficava todo mundo ali. Mas, quando eu cheguei, na verdade, isso aí ainda não tinha sido feito, então o que é que a gente tinha que fazer? Por exemplo, eu cheguei, [Carlos] Frederico [de Oliveira Pereira] também estava trabalhando aqui, nós tínhamos que dividir a mesa. Se eu chegasse e tivesse uma mesa vazia, eu sentava e fazia o meu trabalho, senão tinha que pegar minhas coisas e ir embora. Não tinha onde trabalhar, não tinha mesa ou cadeira, não tinha nada, até que foi construído o prédio, ali defronte à Receita Federal. Eu fiz parte da comissão da obra, desde a licitação. Tínhamos o apoio do diretor-geral Dr. Nelson Marabuto, uma máquina de trabalhar, o que facilitava muito nossa missão.

O novo edifício tinha mobiliário novo, tudo adaptado, e para nós era, realmente, um alívio muito grande. Foi uma revolução! Aquele prédio tinha duas garagens separadas, e nós tentamos fazer uma garagem só, no subsolo, para interligar o desvio da rede, pois no meio, embaixo, passava uma rede de águas pluviais e uma rede de esgoto, e o Governo do Distrito Federal (GDF) não permitiu a interligação. Uma garagem ficou só para os carros oficiais; e a outra garagem, para os membros poderem guardar o carro. Quando nos mudamos para cá, eu tentei ainda conversar, na época, com a [Maria] Ester [Henriques Tavares] e com a Cláudia [Márcia Ramalho Moreira Luz] para ver se nós conseguíamos manter aquele prédio para deixar a Procuradoria de Justiça Militar em Brasília lá... Na época, não tinha Auditoria ainda, mas, ao menos, a PJM/DF ficaria independente e ficaria mais perto do Tribunal. Mas, prevaleceu o entendimento de que, se nós ficássemos todos juntos, teríamos um custo menor em termos de manutenção, vigilância, uma série de coisas. Então, de fato, essa sem dúvida foi melhor, à época. Hoje a Procuradoria de Brasília, se lá estivesse, estaria defronte às atuais auditorias. Nem dava para insistir. Ambas lutaram muito pela obtenção do terreno e verba para a construção do magnífico prédio que a Procuradoria-Geral tem hoje.

Memória MPM – Em que ano o senhor chegou a Brasília?

Mário Sérgio Marques Soares – Em 1992, e o prédio do Setor de Autarquias, o primeiro próprio do MPM, foi inaugurado no final de 1995¹³. Foi quando,

¹³ A construção do Edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar teve início em 11 de outubro de 1993, sendo concluída em 21 de novembro de 1995. A inauguração do prédio ocorreu em 14 de dezembro de 1995.

inclusive, mudou a nossa Lei¹⁴, finalmente criando os cargos de subprocurador-geral de Justiça Militar, que passaram para 13. Essa Lei nº 8.975¹⁵, transformou os cargos da carreira do Ministério Público Militar. Eu falei que, quando chamaram para promoção por antiguidade, e eu disse que não podia, e ninguém quis vir para Brasília, então, quem pegou essa promoção foi o [Carlos] Frederico [de Oliveira Pereira], promovido a procurador de primeira categoria, antes que eu, dois, três meses. Aí, depois, quando houve promoção a subprocurador-geral [de Justiça Militar], foi uma promoção conjunta, e nessa promoção conjunta, prevalece a antiguidade pelo tempo de Ministério Público. Assim, eu fiquei como mais antigo que ele. Teoricamente, ele seria o mais antigo, se a promoção não fosse simultânea. E, hoje, ele é o decano, embora seja um rapaz novo ainda. Graças a Deus, vai ter muito tempo desse decanato dele.

Memória MPM – Quais as principais lembranças de quando chegou a Brasília, promovido a subprocurador-geral de Justiça Militar?

Mário Sérgio Marques Soares – Primeiro, foram as dificuldades, como eu disse. Não tínhamos espaço, não tínhamos local. A DDJ (unidade responsável

¹⁴ BRASIL. Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp75.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

¹⁵ BRASIL. Lei nº 8.975, de 6 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a transformação de cargos da carreira do Ministério Público Militar e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8975.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

pela documentação jurídica), que era dirigida pela Sarah Oberman e com ela trabalhavam a Nilza [de Lourdes Dias], a [Maria] Eugênia [Eloi Leitão], a Marleide... Eram quatro datilógrafas. A gente fazia o parecer à mão, passava para elas, que nos devolviam, a gente conferia e assinava. Era assim que funcionava! Eu tinha uma certa preferência pelo trabalho da Nilza, ela sempre foi muito criteriosa, sem desmerecer nenhuma das outras. Marleide era uma excelente datilógrafa. Eugênia também trabalhava muito bem. Todas elas! A questão toda era de afinidade e outra coisa, ela, Nilza de Lourdes Dias, era mais acessível. Eu gosto das margens um pouquinho maior... Umav usavam o afastamento muito pequeno e, quando se colocava a peça no processo, tinha que ficar puxando para ler, então essas coisas assim... Tive muita facilidade com a relação à Nilza, tanto que assim que pude ela ficou como minha assistente até a aposentadoria.

Memória MPM – E como era a atuação dos subprocuradores-gerais de Justiça Militar quando de sua promoção ao cargo?

Mário Sérgio Marques Soares – Naquela época, o doutor Milton [Menezes da Costa Filho] não permitia que ninguém fosse à sessão do Tribunal, além dele. Isso foi uma briga que eu comecei e disse que não era razoável porque nós tínhamos que ter representação no Tribunal. Se você dava parecer, tinha que sustentá-lo oralmente, nossa atuação não poderia ser exclusivamente escrita. Procurador-geral tudo bem, ele vai à Corte, mas a gente também tinha que ter representação no Tribunal, e acabou que essa tese depois prevaleceu, e nós passamos a ir ao Tribunal. No período, o ministro [Antonio Carlos de] Seixas Telles começou a questionar. Disse: “Não, eu acho que não pode. A

representação perante o Tribunal é do procurador-geral.” Inclusive, havia uma certa prática, isso nos tempos anteriores à nossa Lei Orgânica e à Constituição de 1988. Você dava o parecer, e o procurador-geral colocava o aprovo, de acordo, entendeu? Não, eu não sou assessor jurídico, lamento profundamente, se eu fosse assessor jurídico tudo bem, dava um parecer ao procurador-geral, mas como estou me manifestando nos autos não cabe tal prática. Naquele tempo apenas o Milton Menezes, procurador-geral, usava o elevador privativo do STM. Fomos aos poucos conquistando nosso espaço.

Memória MPM – A partir de quando os senhores passaram a representar no Tribunal?

Mário Sérgio Marques Soares – Foi com o doutor Kleber [de Carvalho Coêlho, em sua gestão. Ele começou alternando com o vice-procurador-geral de Justiça Militar, que era o Péricles [Aurélio Lima de Queiroz], e depois, conosco. Falei com ele: “Kleber, isso não é razoável!”

Memória MPM – Como era a relação com o procurador-geral Kleber de Carvalho Coêlho?

Mário Sérgio Marques Soares – O Kleber não era uma pessoa muito fácil, mas também não era uma pessoa difícil, tinha uma maneira de chegar a ele, sabe? Ele, uma vez, brigou e parou de falar comigo. Olha como são as coisas. Quando o Marco Antonio Pinto se aposentou, nós fomos fazer uma eleição para o cargo de chefe do Ministério Público Militar. Mas ninguém queria se candidatar. O

Kleber era o primeiro candidato, e todo mundo achava que ele iria brigar com a pessoa que também se candidatasse. O presidente da Comissão Eleitoral foi me procurar, acho que era o [João] Ferreira [de Araújo]... e disse o seguinte: “Nós estamos com dificuldade para fazer a eleição para procurador-geral de Justiça Militar, não tem candidato, só o Kleber, fica chato demais! Bote seu nome”. Eu disse: “Não faço questão de ser procurador-geral. Não vim para cá para ser procurador-geral. Eu estou tranquilo aqui, vou deixar como está, não quero me meter nisso, não!” “Não! Mas ajuda a gente..., disse ele” Falei: “Vou pensar!” E o tempo foi passando, e ninguém se candidatava, já estava chegando ao final do prazo, acho que faltava dois ou três dias, sei lá, uma coisa assim. O próprio Péricles [Aurélio Lima de Queiroz] veio falar comigo também... Falei: “Bom, então faz o seguinte, bota meu nome aí, não faço a menor questão de ganhar, não vou ligar para ninguém, não quero saber de nada. Mas é só para compor?” “É!” “Tá bom, então, bota meu nome!” O Kleber, quando soube, falou: “Nós fomos colegas, amigos de Salvador, e agora você me dá essa apunhalada nas costas, como meu adversário...” Falei: “Eu não sou seu adversário, quando muito seria concorrente! Eu sou seu colega, nós estamos aqui fazendo uma coisa para você...” “Não! Mas, por que isso? Por que aquilo?” Foram dizer para ele que eu estava fazendo campanha. Eu nunca fiz campanha de droga nenhuma! Aí, pois bem, ele ficou com raiva de mim, passou o tempo, quando chegou no último dia, apareceram oito candidaturas: Roberto Coutinho foi candidato, não sei mais quem... O que apareceu de candidato, falei: “Olha, é a hora de eu retirar meu nome, mas ia ficar mal tirá-lo. Quer saber de uma coisa, deixa para lá, já tem bastante gente, agora fazem a eleição...” E o Kleber, realmente, ganhou a eleição disparado, teve uma votação expressiva, e ele foi bom administrador, mas tinha um temperamento meio complicado. Entrava na sala, obrigava servidor a ficar de pé, essas coisas assim, porque o procurador-geral [de Justiça

Militar] entrou... Se ele fosse em um lugar e não tivesse uma unidade militar, não tivesse uma guarda esperando por ele para fazer continência, ele virava as costas e ia embora. Era o temperamento dele.

Um dia, eu ia andando pelo corredor da PGJM, e ele vinha em sentido contrário e abaixou a cabeça assim, olhou para o lado e veio andando, chegou pertinho de mim, e eu botei o pé na frente dele, bati o pé forte, e ele tomou aquele susto... Falei: “Kleber, não foi essa a educação que sua mãe te deu! Ela tinha tanto carinho com você... Nós fomos amigos há anos, você virar as costas para mim, passa por mim e vira a cara, não vai me dar um bom dia?” Aí, ele virou para mim e disse assim: “Bom dia!” E continuou, sabe? Um dia, eu estava andando na W3 Sul, na 512 (quadra), em Brasília/DF, onde tem uma loja que vende bandeirinha e mais um monte de coisas. Passando pela porta a pé, olhei e vi que uma das bandeirinhas, daquelas de colocar sobre a mesa, era do Estado da Bahia. Comprei e, no outro dia, fui para a Procuradoria-Geral. Não falei nada, cheguei mais cedo, entrei no gabinete dele, ele não estava lá, botei a bandeira da Bahia em cima da mesa dele e fui trabalhar. Estou lá, no meu canto, tranquilo, trabalhando, daqui a pouco, ouvi baterem na porta, falei: “Entra!” Era ele, que olhou para mim e falou: “Já sei, foi você que botou aquela bandeira da Bahia em cima da minha mesa...” Falei: “Vai brigar comigo por causa disso também?” “Não, você é um casmurro, é isso e aquilo tal, mas eu gosto de você...” Então, apertou minha mão, agradeceu a bandeira, foi embora e voltou a falar comigo. Para você ver como as coisas são? É isso...

Memória MPM – E como ficou o processo de escolha do procurador-geral de Justiça Militar com a promulgação da Lei Complementar nº 73/95?

Mário Sérgio Marques Soares – A realidade é a seguinte, quando a Lei Complementar nº 75, de 1993, foi editada, em maio, começou-se a questionar algumas coisas. Primeiro, que se dizia que o procurador-geral tinha que ser eleito, e o Milton Menezes da Costa Filho não fora eleito, fora nomeado pelo presidente da República. Inclusive, discutia-se quem ia nomear, se era o procurador-geral da República, se era o presidente da República, porque a coisa ficou ainda assim muito incipiente, esqueceram-se de inserir algumas coisas na nossa Lei Orgânica... Veja bem, os conselhos superiores de outros órgãos são compostos por dez membros: procurador-geral, vice e mais oito membros. E o nosso Conselho Superior é composto por 13 membros porque, na época da nossa Lei Orgânica, nós éramos cinco subprocuradores-gerais. Depois, em 1995, passaram para 13 integrantes. Eles iam fazer uma composição no Conselho Superior do Ministério Público Militar com cinco membros. Eles podiam até estabelecer “de até X membros”, por exemplo, “até seis”, “até oito”, ou “até dez”, o que fosse... Eu não sei qual seria a melhor solução legislativa, mas diante de uma quantidade numérica muito pequena de subprocuradores-gerais, eles entenderam de colocar que os subprocuradores-gerais seriam do Conselho Superior. E aí, nós ficamos membros natos do Conselho Superior. Então, a nossa Lei Orgânica tinha dessas coisas.

Quando chegou o final do mandato do Milton [Menezes da Costa Filho], que havia sido nomeado pelo Presidente da República, houve mudança de governo também, e aí o que se decidiu? Fazer uma eleição para escolha do procurador-geral, e o Milton ganhou. Ele foi procurador-geral durante dez, doze anos tinha expectativa, e justa de ir para o Tribunal como ministro. Mas, por alguma razão e por questões políticas, isso não aconteceu...

Quando o presidente da República José Sarney assumiu, ele acabou nomeando como procurador-geral o George [Francisco] Tavares, que tinha uma expectativa de passar um certo tempo... Eu ainda estava em Manaus, quando o George Francisco Tavares foi nomeado procurador-geral de Justiça Militar. Uma vez ele me ligou para pedir que eu recorresse em um processo com relação a um oficial, um tenente do Exército, hoje General de Exército, que não vem ao caso aqui mencionar o nome. Eu havia pedido a desclassificação do crime de homicídio para violência contra inferior, mas já estava prescrito, então respondi: “Doutor, eu não vou recorrer da sentença, se o senhor quiser mande outro aqui fazer, porque eu não vou fazer isso.” Então, isso foi antes da nossa Lei Orgânica, foi ainda em 1985 ou 1986, nessa faixa, mais ou menos. Ele ficou meio sem graça e disse que eu resolvesse o que fosse melhor. Assim fiz.

Depois do George Tavares, veio o [Francisco] Leite Chaves. E aí, a questão política foi que, de repente, quando vagou... A expectativa do George [Francisco] Tavares era ir para o STM e, quando surgiu a vaga, o presidente da República não o nomeou como ministro. Assim, ele virou as costas, foi embora, pediu exoneração, largou o Ministério Público Militar. Estava aqui como procurador-geral, aguardando a vaga no STM, era pelo menos o que se dizia na época e que se confirmou quando surgiu a vaga. Ele não foi nomeado e resolveu ir embora, até porque ele não tinha afinidade nenhuma com a Justiça Militar. “Era um advogado brilhante”, dizem. Eu nunca atuei com ele e nem vi atuação dele, mas enfim...

O senador [Francisco] Leite Chaves teve uma atuação muito boa conosco, tanto que ele esteve aqui, foi festejado aqui também, no evento nosso do lançamento do Centro de Memória. E ele, de fato, foi uma pessoa que agregou muito, fez

reunião com todos os membros, um pouco depois da nossa posse, em Fortaleza, CE. Reuniu todos, tipo Colégio de Procuradores, mas este não existia até então. Ele nos levou para Fortaleza para que tivéssemos confraternização, nos congregássemos, discutíssemos e traçássemos a Instituição. Foi uma coisa para mim até inesperada. Eu não esperava que uma pessoa, digamos assim, de fora da Instituição, tivesse essa visão, e que realmente foi muito interessante. Agora, depois, surgiu de novo a vaga com a saída dele, e aí, a essa altura, o Eduardo [Victor] Pires Gonçalves, irmão do ministro do Exército, foi nomeado procurador-geral, e o Milton [Menezes da Costa Filho] entendeu isso. Na realidade, nesse período em que o Eduardo foi nomeado procurador-geral, o Milton Menezes foi o vice dele e era quem fazia as sessões no Tribunal. Só que, quando surgiu a vaga do MPM no STM, que gerava também expectativa no Milton, quem foi nomeado para ministro foi o Eduardo. Ele aposentou em 1994, abrindo novamente a vaga de Ministro. O Olympio [Pereira da Silva Junior] foi para o Tribunal. Foi outubro ou novembro de 1994. Ele tomou posse na mesma ocasião que o almirante de esquadra, Carlos Eduardo Cezar de Andrade, posse conjunta. Com a posse do Olympio como ministro do STM em novembro de 1994, o Milton Menezes da Costa Filho aposentou. E aí, abriu a vaga de procurador-geral, foi quando nós fizemos a eleição e o [José Carlos] Couto [de Carvalho] foi praticamente aclamado como o preferido, com uma maioria esmagadora, mas o PGR acabou nomeando o Marco Antonio Bittar como procurador-geral. Depois da nomeação correu notícia de que o PGR queria que a dra. Marluce fosse reconduzida como procuradora-geral do MPDFT, cargo de nomeação do Presidente da República, mas dependia da manifestação do governador do Distrito Federal junto ao Presidente, sendo que o governador do DF teria feito um pedido ao PGR para nomear o Bittar como procurador-geral do MPM. Diziam, na época, que com essa troca o

presidente da República reconduziu a dra. Marluce e o PGR nomeou o Marco Antonio Bittar. Coube ao Bittar fazer a inauguração do prédio próprio em 1995 e ficou um ano e meio de mandato como procurador-geral e em seguida pediu aposentadoria.

Memória MPM – E os órgãos internos do MPM, Conselho Superior, Corregedoria, Câmara de Coordenação e Revisão, como reagiram à nova estrutura institucional?

Mário Sérgio Marques Soares – A partir de 1994, 1995, depois da nossa mudança, que foi a formação dos órgãos do Ministério Público Militar, dentro do perfil que foi dado pela Lei Complementar nº 75, de 1993, até porque nós não tínhamos sequer espaço para formalizar esses órgãos. O espaço ocupado no prédio do STM era insuficiente para a estrutura anterior à Lei Complementar 75/93, imagine com a nova estrutura?? Ainda no prédio do STM se instalou uma Corregedoria sem estrutura, digamos assim, de qualquer maneira. O Conselho Superior ainda era de cinco membros, subprocuradores-gerais, então se reuniam no gabinete do procurador-geral. Mas eles não delimitaram quase nada. Só a partir da nossa mudança e do aumento dos cargos de subprocurador-geral para treze membros, nós começamos a criar toda a organização do Conselho Superior, a normalização do Ministério Público, criar os regimentos internos dos órgãos. Isso tudo foi criado com a nossa contribuição já no prédio novo. Imagine o seguinte, a própria promoção nossa, que foi simultânea, no início de 1995, foi complexa, porque tinha que promover um por antiguidade, outro por merecimento, mas tudo em um mesmo momento, sair tudo em um ato só, pois os cargos foram todos criados conjuntos.

Inclusive, nós chegamos a ingressar com uma ação, para receber a diferença de procurador de primeira categoria para subprocurador, desde a edição da nossa Lei Complementar 75/1993, porque aconteceu o seguinte: até a sua edição, quem dava parecer em processo do Tribunal eram os procuradores de primeira categoria e os subprocuradores-gerais que eram, na verdade, cargos em comissão convertidos em cargos da carreira... Quem funcionava perante o Superior Tribunal Militar eram todos, tanto os procuradores de primeira categoria quanto os subprocuradores-gerais. Era uma coisa até meio indefinida. Quando veio a nossa Lei, o que ela fez? “Os procuradores de primeira categoria passaram a ser denominados Procuradores da Justiça Militar, com exercício perante as Auditorias...” Então, falei: “Vou voltar para Juiz de Fora.” Ainda mantínhamos nossa casa própria lá. Acontece que, já com a preocupação do retorno de alguns, já que a LC nº 75/93 não criou cargos de subprocurador-geral, colocaram lá em um dos artigos, salvo engano, 274, que “até que sejam criados novos cargos de Subprocurador-Geral da Justiça Militar, os atuais Procuradores Militares de 1ª Categoria, cujos cargos passam a denominar-se Procuradores da Justiça Militar e que estejam atuando junto ao Superior Tribunal Militar, ali permanecerão exercendo suas atribuições”. Então, por uma disposição legal, nós continuamos atuando perante o STM, de maio de 1993, até a criação dos novos cargos, no início de 1995. Como exercíamos a mesma atividade dos subprocuradores-gerais, entendíamos que deveríamos receber os mesmos vencimentos. Perdemos em primeiro grau e nosso advogado não recorreu e a sentença transitou em julgado.

Aliás, houve até um negócio interessante! Com a Constituição de 1988, nós acabamos perdendo um cargo por erro administrativo. Os cargos do Ministério Público eram criados de uma forma muito “atabalhoada”, tanto que se você

olhar, por exemplo, vamos lá? Você tem aqui: Criação da Auditoria da 10ª Região Militar, Lei nº 4.163, o que ela diz:

Art. 1º Fica criada na 10ª Região Militar, Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, uma Auditoria (Decreto-lei número 925, de 2 de dezembro de 1938), com jurisdição cumulativa no Exército, Marinha e Aeronáutica.

Parágrafo único. A sede da Auditoria de que trata este artigo, coincidirá com a da Região respectiva.

Art. 2º Para a composição do quadro funcional da Auditoria de que trata a presente lei, são criados, na Justiça Militar, os seguintes cargos:

[...];

1 de Promotor de 3ª categoria;

Criado onde o cargo de promotor de terceira categoria? Na Justiça Militar, que não tinha promotor? Então foi aquilo que eu falei no início, vinha daquela cultura... Os próprios concursos eram para uma carreira única dentro da Justiça Militar. Era advogado de ofício e procurador dentro da Corte Castrense. Só que com a Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951, o Ministério Público era organizado fora dos órgãos do Judiciário, vinculados ao Ministério da Justiça... Pois bem, a mesma coisa com a criação da 2ª Auditoria de São Paulo, e assim, sucessivamente. Cria-se a 12ª Auditoria de Manaus, a mesma coisa, salvo engano, foi a última, já em 1979. Aliás, você pode ver que a redação não mudava, se pegar uma legislação de 1900, sei lá quando, até 1979, todos faziam isso: “A composição para o quadro funcional, de pessoal da Auditoria,

são criados na Justiça Militar...” Agora, já esse veio diferente: “[...] são criados no Ministério Público da União junto à Justiça Militar, um procurador de terceira categoria...” E assim por diante.

Memória MPM – O senhor falou da vaga que o MPM perdeu...

Mário Sérgio Marques Soares – Pois é, o que aconteceu? A Lei nº 6.788, de 1980, estabeleceu o seguinte:

Art. 7º Os atuais Substitutos de Procurador do Trabalho Adjunto passam a denominar-se Substitutos de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria, constituindo um Quadro Suplementar. Essas funções serão extintas à medida em que se vagarem, vedadas novas nomeações a partir da vigência desta Lei.

Art. 12. Aos atuais Substitutos de Procurador Militar, que passam a denominar-se Substitutos de Procurador Militar de 2ª Categoria, aplicam-se as disposições do art. 7º e seu parágrafo único desta Lei.

Então, a partir dessa legislação, não se podia nomear mais ninguém como substituto. O quadro passou a estar em extinção. À medida que vagava um cargo por aposentadoria, demissão ou por morte, ele era extinto. Mais adiante, nessa mesma Lei, vieram as disposições sobre os cargos de procurador. Nessa época, eram 44 cargos de substituto e 22 de procurador de segunda categoria. Nós éramos 66, na categoria, ao todo; mas, da carreira, eram 27. Ou seja, 27

mais 44, dariam 71. Na época, vigentes dispositivos emanados da revolução de 64, não se fazia concurso para promotor da Justiça Militar. Então esses 44 substitutos eram nomeados e não tinham estabilidade que, depois, adquiriram pelo exercício contínuo por certo prazo. Reconheceu-se na Justiça que, depois de exercerem o cargo ininterruptamente durante três ou cinco anos, me parece, eles passariam a ter estabilidade, que era a regra prevalente antes da Constituição de 1988, não podendo ser demitidos, dispensados, mas também não faziam parte da carreira, logo, não podiam ser promovidos. Inclusive, aqui fala que eles não poderiam integrar a carreira: “Aos integrantes do quadro suplementar é vedado o ingresso nos cargos iniciais da carreira, salvo mediante concurso público de provas e títulos, caso em que não ficaram sujeitos ao limite legal de idade.” Eu, por exemplo, fui nomeado no limite de idade, pois fui nomeado e empossado em fevereiro de 1985 e em agosto ia fazer 36 anos. Na época o ingresso no serviço público, fosse para qualquer cargo de carreira, apenas admitia-se até os 35 anos. Para você ver, eu passei raspando de várias formas, mas enfim...

Mas, o que aconteceu? Quando veio a Constituição de 1988, possivelmente com a ajuda do Eduardo Victor Pires Gonçalves, que era desse quadro em extinção e irmão do ministro do Exército no governo Sarney, inseriu-se na Carta Magna um dispositivo de que os substitutos, passavam a integrar a carreira. Era uma aspiração justa de quem já estava no MPM há mais de dez anos. Isso impactou inclusive na nomeação dos aprovados no concurso. Alguns tiveram dificuldade para a nomeação porque o Milton Menezes da Costa Filho, então procurador-geral de Justiça Militar, primeiro nomeou alguns do concurso, mas com a Constituição prestes a ser promulgada em outubro alguns começaram a pressionar o Milton Menezes a aguardar a promulgação para

preservar antiguidade sobre os que seriam nomeados. Já o pessoal concursado estava ansioso para entrar antes da promulgação, pois ninguém sabia o que aconteceria como ficariam as vagas existentes após o ingresso na carreira dos integrantes do quadro, até então, em extinção. Eram uns trinta e tantos dos 44, pois alguns já tinham aposentado, outros tinham falecido, e assim por diante. O Milton acabou nomeando o pessoal concursado antes de promulgada a Constituição em 05 de outubro.

O importante é que após a promulgação da constituição, portanto, não se deveria mais falar em extinção de cargo por aposentadoria ou morte, pois agora todos os cargos eram da carreira. Quando chegou no final de outubro ou em novembro faleceu o colega nosso, Marcos Dantas Hardman, oriundo do quadro em extinção, mas que já integrava a carreira, em face da promulgação da Constituição. Entretanto, desavisada, a área de pessoal que todo início de janeiro elaborava a lista de antiguidade da carreira, acostumada até o ano anterior a riscar da lista do quadro suplementar os cargos que haviam vagado por aposentadoria ou morte, riscaram o cargo do Marcos Hardman e esse cargo nunca foi preenchido. Até janeiro de 1988, a antiga Divisão do Pessoal fazia assim: elaborava a primeiro a lista da carreira, começando pelos subprocuradores-gerais, os procuradores de primeira categoria e os procuradores de segunda categoria. Depois relacionava o quadro suplementar, com a relação de antiguidade desse quadro. Então, se você pegar, por exemplo, o boletim de serviço até outubro de 1988, vai ver que na contracapa, no iniciozinho, tem todos os integrantes da carreira e os do quadro suplementar, em separado. Quando morria ou aposentava alguém, ele simplesmente era riscado, o cargo era extinto e já não aparecia no boletim seguinte, só que a área nossa de pessoal não se ateu à Constituição de 1988. Então, o Marcos Dantas Hardman

faleceu em novembro de 1988, salvo engano, depois da promulgação da Carta Constitucional, e ele já fazia parte da carreira. Quando publicaram a relação do quadro em janeiro, excluíram ele, o cargo dele, e nós ficamos sem o cargo dele, desde a sua morte até 1995 quando houve a reformulação da carreira.

Memória MPM – Mas alguém ocupou essa vaga em 1995?

Mário Sérgio Marques Soares – O que aconteceu em 1995? Nesse ano, nós tivemos a Lei n° 8.975, que estabeleceu o seguinte:

Art. 3º A Carreira do Ministério Público Militar, estruturada no art. 119 da Lei Orgânica do Ministério Público da União, passa a ter a seguinte composição: Subprocurador-Geral da Justiça Militar – treze cargos; Procurador da Justiça Militar – vinte e um cargos; Promotor da Justiça Militar – quarenta e dois cargos.

Ou seja, o passado não importava mais. O que eles fizeram? Quantos membros são hoje? Tanto! Então, vamos fazer assim, e nós perdemos um cargo. Era para ter sido já 22 de 44 ali, só que a relação de cargos que a Procuradoria administrava, excluía o cargo do Marcos [Dantas] Hardman. Aí, um dia, eu comecei a fazer um levantamento, peguei os boletins de serviço nossos e comecei: “Mas, espera aí, por que ficou um a menos?” Desde 1989 a início de 1995, ficamos sem prover esse cargo, pois a área de pessoal achando que ele tinha sido extinto o excluiu da relação de cargos e ficamos seis anos sem prover esse cargo do Marcos Dantas Hardman. Nós perdemos esse cargo por um erro, um equívoco administrativo.

Memória MPM – O senhor voltou a concorrer ao cargo de procurador-geral?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, não me recordo, não me lembro de ter concorrido de novo, não. Se concorri, também não dei importância. Foi desses assim “bota o nome para compor...” Eu acho até difícil, na recondução do Kleber [de Carvalho Coêlho], eu fui presidente da Comissão Eleitoral, e só teve ele de candidato. E o Geraldo Brindeiro, então procurador-geral da República, me chamou e mandou devolver a lista para mim: “Eu quero uma lista tríplice!” “Mas eu não tenho uma lista tríplice para te apresentar...” “Mas é obrigatório, eu quero escolher um nome...” “Mas se nenhum colega quer concorrer, eu não posso obrigar ninguém a vir a ser candidato... Se você só tiver apenas um candidato faz o quê?” Falei com ele: “Para todo lado que você ia, levava o Kleber, então se criou uma mística de que você ia escolher o Kleber qualquer que fosse o mais votado. Como o Kleber brigava com os seus concorrentes, ninguém quis”. Eu estou falando isso porque eu fui pegar a lista, pois era o presidente da Comissão Eleitoral, e os colegas diziam: “Olha, não quero brigar com o Kleber, não. Vai ser ele mesmo, depois vai me prejudicar aqui dentro, nisso, naquilo...” Falei: “Não é possível gente!” Contava meu caso: “Eu também saí candidato e, depois, ele entendeu isso. Não é por aí. Ele tem primeiro aquele arroubo de você ser adversário, mas é preciso termos outros candidatos... Ninguém quis e ele foi candidato único. Depois falava com muita vaidade, que ele tinha sido eleito “com não sei quantos por cento!” “92 ou 89 por cento...” Só tinha ele de candidato! Com a conversa com o Brindeiro foi que vi que, na realidade, o Brindeiro não queria o Kleber e que as tantas vezes que ele “convidava” o Kleber para viagens ou eventos era buscado pelo nosso colega, que cavava a participação. Penso que o Brindeiro queria outra opção.

Memória MPM – O senhor foi corregedor-geral, chegou a aplicar alguma punição?

Mário Sérgio Marques Soares – Fui corregedor-geral por duas vezes. Fui também presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais. Apliquei, instaurei inquérito e processo administrativo... O que chegava para mim eu apurava e levava ao Conselho Superior. Peguei uns casos complicados, de colega hoje aposentado, com problema no Rio de Janeiro e tudo o mais. Um processo administrativo contra um colega é difícil. Primeiro, você tem um corregedor-geral, que faz parte do Conselho Superior, e não deveria fazer parte, mas ele é um subprocurador-geral, então lá, ele vai relatar o caso, mas não pode votar, está impedido de votar. Ele vai instaurar um procedimento de uma colega ou um colega. Se ele instaurar uma sindicância, tem que designar uma comissão de sindicância com três membros, que têm que ser mais antigos que o colega. Se transformar em processo, em inquérito administrativo, tem que ter outros três membros mais antigos. Chega a um ponto que você tem que ter, pelo menos, umas dez pessoas envolvidas em uma investigação, por isso, na época em que eu era corregedor-geral, eu avisei os colegas. Tinha um problema, falei alto e em bom som: “Eu não instaurou mais sindicância, se eu fizer uma apuração sumária e verificar que há qualquer indício, eu vou instaurar já inquérito administrativo, eu não vou mais instaurar sindicância...” Porque os integrantes da comissão de sindicância ficavam impedidos de participar do inquérito, os membros do inquérito impedidos de participar do processo, e chegava a um ponto que numa carreira pequena como a nossa não tinha mais quem participasse... Quando eu ia fazer designação os colegas começavam: “Ah, não, eu sou amigo... Ah, não, eu não sei o quê... Ah, eu estou suspeito porque eu já conhecia, eu já sabia, não quero fazer parte...” “Isso daqui não é querer, estou designando”. Eu designei uma

comissão e foi uma dificuldade, foi muito difícil. Foi por isso que resolvi que se chegasse irregularidade ao meu conhecimento, eu ia fazer uma apuração sumária, verificar que se tinha um mínimo de procedência e, caso positivo, eu instauraria um inquérito administrativo. E instaurei alguns, bem uns três, em um momento de transição em que eu tinha saído da Corregedoria, mas o corregedor estava de férias. Um fato ocorrido em janeiro, gravíssimo, que envolveu colegas e bens, e aí me chamaram de volta, para eu apurar esse fato, e eu apurei, infelizmente. Isso se transformou em um processo que foi parar no (STJ), e houve condenação, por coisa que eu lamento profundamente. Eram pessoas queridas, envolveu pessoas de quem eu sempre gostei muito, e eu sempre dizia: “Olha, uma coisa é o Mário Sérgio, seu amigo, e a outra coisa é o Mário Sérgio, membro fazendo sua missão, e eu vou cumprir minha missão com dor, mas vou.”

Memória MPM – E na Câmara de Coordenação e Revisão (CCR)...

Mário Sérgio Marques Soares – Na Câmara [de Coordenação e Revisão (CCR)], fui também, participei várias vezes. Achava uma atividade interessante, uma atividade revisional. A CCR sempre foi muito mais de revisão, que de coordenação. Havia uma certa dificuldade, digo assim, porque os Ministérios Públicos estaduais não têm Câmara de Coordenação e Revisão... Então, quem faz esse trabalho na verdade, hoje, a parte de Revisão, é o procurador-geral no estado, e quem faz a parte de Coordenação é o corregedor. É um limbo ainda que ficou com certa dificuldade. E a Câmara, ela funcionou de início com muita dificuldade, porque colegas não aceitavam o papel desse órgão, tanto os colegas de primeiro grau, quanto os colegas de segundo grau, pois alguns colegas de peso (o [Carlos] Frederico [de Oliveira Pereira], o Edmar [Jorge de Almeida]

e outros), que na época fizeram parte da [CCR], foram devolver ao Kleber [de Carvalho Coêlho] o cargo. Disseram: “Nós não vamos participar da Câmara neste formato.” Porque entendiam que a Câmara tinha que ser de resolução, não uma Câmara de opinamento e o procurador-geral decidir, entendeu? A questão é que, de acordo com a Lei Processual, o procurador-geral é quem vai designar outro colega, se achar que a manifestação está equivocada, em termos de arquivamento, etc. Mas, então, você tem ali uma questão ainda que até hoje não foi bem resolvida, entendeu? Hoje, a Câmara funciona ainda em comum com o procurador-geral, mas sempre causa um certo desconforto quando ela entende de um modo e o procurador-geral de outro, arquiva ou ele designa outra pessoa, e nós já tivemos casos de preferência mesmo até na atividade-fim, então isso aí, é uma coisa que um dia o Ministério Público da União vai ter que decidir bem. Houve uma época em que o [Cláudio Lemos] Fonteles, enquanto procurador-geral da República, passou para a Câmara a deliberação. Depois, se discutiu o seguinte: “A Câmara de Coordenação e Revisão tem poder realmente de designar um colega para atuar? Ela pode tomar determinadas decisões que têm implicação administrativa? Pode nomear um colega? Pode fazer alguma coisa designando para aqui ou para ali?” Então, essa é uma questão que até hoje ainda não foi bem resolvida, no que diz respeito à Coordenação da Câmara de Coordenação e Revisão, porque esta é um órgão presente no Ministério Público da União que não tem uma representação institucional como tem, por exemplo, a Corregedoria, que se relaciona com os corregedores dos demais Ministérios Públicos, mas que tem uma atuação mais limitada à parte de, digamos assim, regularidade funcional ou não. A Corregedoria vai mais em cima da conduta funcional e pessoal, e não da parte de coordenação de atividade. Então, a Câmara ainda tem um campo muito grande para crescer nessa parte de coordenação de atividade.

Memória MPM – O senhor também teve bastante atuação nos Concursos para Promotor de Justiça Militar, nas bancas examinadoras. Como foram essas experiências?

Mário Sérgio Marques Soares – Eu tive bastante participação, foram experiências interessantes, porque nós tínhamos candidatos fortíssimos que, às vezes, ficavam para trás, outros que se recuperam. Eu nunca me furtei a reconhecer meus erros como examinador, nunca tive essa vaidade de achar que eu sou infalível. Nunca fui assim e não estou fazendo comparação de nada, eu acho que as bancas examinadoras aqui sempre funcionaram um pouco assim, reconhecendo seus erros. Então, por exemplo, a questão do concurso, nós fazemos a elaboração das provas, sempre buscamos um sigilo absoluto, nunca tive uma noção de que pudesse haver vazamento aqui dentro do Ministério Público Militar. Os concursos sempre foram feitos de uma forma muito isenta, e mais, depois os candidatos sempre tiveram liberdade de questionar a formulação da pergunta, dos gabaritos, etc. Eu, por exemplo, nas matérias que atuei como examinador, procurei fazer uma avaliação que ficasse, digamos assim, da forma mais objetiva possível, embora em uma prova subjetiva. Então, o que eu fazia? Eu formulava até alguns gabaritos. Então, por exemplo, uma denúncia, eu enumerava determinados pontos de uma denúncia: o candidato deveria observar a prescrição de determinado crime, a capitulação do crime e assim por diante. Ia pontuando aqueles fatos, entendeu? Às vezes, o candidato não entendia isso por hipótese e queria que eu considerasse outras coisas fora daquilo dali, mas aquele meu contexto de avaliação fazia com que eu não cometesse injustiça em relação a ninguém.

Pegamos aqui concurso com 1.200 candidatos fazendo prova objetiva, e depois 300 fazendo prova subjetiva, e você tem prazo para corrigir tudo isso, então, de

repente, alguma coisa foge, e o candidato vai e reclama: “Olha, eu fui reprovado, mas a minha questão tal e tal não foi corrigida.” Quer dizer, na verdade, você olha ali, às vezes, ela está corrigida, e o ponto não foi somado. Então, isso tudo pode acontecer. Eu acho que é interessante, nunca achei ruim de candidato recorrer de pontuação, acho que é válido, é um trabalho dobrado, é um trabalho hercúleo, os membros da comissão trabalham muito! Muito mesmo! E, até hoje, nós podemos dizer o seguinte, que dos últimos concursos para cá, desses todos, pelo menos, dos que eu participei, eu vejo que são todos colegas de muito valor. Nós temos colegas que têm destaque como doutrinadores, em posições de recurso, todos têm merecido um reconhecimento de sua atuação, até onde eu sei, e essa turma nova que entrou nos últimos concursos tem valorizado o Ministério Público, tem dado prova disso, tem buscado desenvolver um bom trabalho para o Ministério Público Militar, tem vestido a camisa. Isso daí é uma coisa que para nós é de muita alegria.

Memória MPM – E a questão associativa, o senhor ocupa cargo na Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM)?

Mário Sérgio Marques Soares – Ocupei e continuo ocupando. Esse último período, para mim, foi uma época difícil, porque eu, além da minha cirurgia, veio a aposentadoria num momento difícil. O nosso colega [Antônio Pereira] Duarte é muito valoroso, também o Marcelo Weitzel [Rabello de Souza], enfim, além do José Carlos Couto de Carvalho, que é uma referência na carreira e na associação ... Em várias gestões, eu participei. Ultimamente, até com a morte da minha mãe e da minha cunhada, esta última, foram três dias só de diferença, e eu tenho procurado dar um apoio maior à família. Eu tenho

uma irmã que largou tudo da vida dela para cuidar da mamãe e do papai, desde 2003, e quando meu pai faleceu, ela ficou morando perto da minha mãe. Depois se dedicou exclusivamente a cuidar da mamãe, morando junto e até dormindo com ela. E foi quem encontrou minha mãe falecida, de manhã, ao tentar acordá-la para tomar um remédio. Interessante, ela disse que ficou vendo um filme até por volta de duas horas da manhã, mamãe estava roncando, ela foi lá e acordou mamãe: “Mamãe, a senhora está roncando muito.” “Ah, é?” Quando foi de manhã, quando ela foi acordá-la para dar o remédio, mamãe tinha falecido.

Memória MPM – A publicação *Histórias de Vida* faz parte do Centro de Memória, e o senhor tem uma participação importante na formação desse espaço, gostaria que o senhor comentasse sobre isso.

Mário Sérgio Marques Soares – Para mim, foi uma alegria muito grande quando se decidiu pela realização desse trabalho. O Centro de Memória realmente não conta só o passado da Instituição, isso daí é um registro. Você pode procurar através de documentos, etc. Mas a vida da Instituição é contada por episódios de que a gente participa de certa forma, então isso daí enriquece a vida, eu penso assim. O que você vê hoje? Várias instituições que você conhece por título e não tem a menor ideia do que já aconteceu ali dentro. E é importante que a gente deixe esse registro, porque relata a experiência daqueles que passaram pela instituição. Por exemplo, eu gostava de ver o [Roberto Monteiro] Gurgel [Santos], ex-procurador-geral da República, falando sobre isso. Estive algumas vezes com ele falando sobre isso, e ele sempre dizia: “O Ministério Público é o resultado de uma construção coletiva”. E, de fato, é! Cada um de nós contribuiu

de alguma forma para o crescimento e desenvolvimento da Instituição. Eu vivi aqui dentro 32, 33 anos. Mesmo antes da nomeação, a gente vivia essa expectativa, frequentava Auditoria para ver como as coisas funcionavam, então, a gente tem uma vida aqui dentro e fora. E o nosso Ministério Público, ele desenvolveu muito, a partir da Lei Complementar nº 75, foi outra Instituição. A Constituição de 1988 trouxe para o Ministério Público um outro perfil, então nós que tivemos a graça de estar participando desse Ministério Público em reforma, remodelando esse Parquet, nós tivemos uma vida muito intensa. Hoje, o que a gente vê, por exemplo, é a luta pela preservação de garantias institucionais e outras coisas mais. O Ministério Público hoje está mais maduro, mas ele não está pronto. Ainda tem o que fazer. Por exemplo, nós falamos da Câmara de Coordenação e Revisão. E há outras situações. A nossa Lei Orgânica nunca foi alterada com receio de que se retirassem garantias e prerrogativas, mas o que veio realmente trazer uma certa mudança, dentro da ótica do Ministério Público, foi a criação do Conselho Nacional. Essa Instituição trouxe um limite que os Ministérios Públicos não tinham força para ter. A nossa Lei Orgânica, ela não dá ao corregedor um instrumento efetivo de atuação e é muito difícil você punir alguém. Eu até costumava dizer o seguinte: “Os subprocuradores-gerais são impuníveis se não praticarem crimes.” Porque, por exemplo, nós aqui somos 13, para você investigar um subprocurador-geral, você já afasta dali o corregedor-geral e ficam 12; afasta do número o próprio investigado e ficam 11; você vai precisar de três pessoas para fazer um inquérito, três pessoas, uma sindicância, três para um processo... Todos eles vão ficar impedidos de participar do julgamento, como fica? Então, eu dizia isso: “No Ministério Público Militar, os subprocuradores-gerais são impuníveis!” Nos demais Ministérios Públicos, não, porque tem dez no Conselho Superior, que vão julgar isso, você tem, no MPF, setenta, oitenta, noventa membros que são subprocuradores, idem no

Ministério Público do Trabalho, uma quantidade de subprocuradores-gerais... Agora aqui não, nós não temos um instrumento efetivo de você chegar e compelir o colega a tomar uma atitude, ou de mudar determinado tipo de comportamento, então é muito difícil, o Conselho Nacional... Isso daí não é um problema do Ministério Público Militar, isso é um problema no Ministério Público. Eu conversava com os corregedores-gerais, e todos tinham as mesmas dificuldades. Era difícil para fazermos uma investigação, porque as barreiras que foram criadas, o núcleo de proteção foi tão grande que, às vezes, você se deparava com situações absurdas, que graças a Deus, nós não temos mais aqui. No Ministério Público Militar, não temos mais, não que eu saiba, pelo menos qualquer situação absurda. Como eu disse, estou afastado. Mas, em um determinado período, houve coisas absurdas, e a gente não tinha um instrumento para chegar e efetivar as coisas. Nós tivemos situações aqui que foram parar no Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar e ficou só na liminar, entende? Então, você simular determinadas situações, coisas do passado, que graças a Deus, as pessoas não estão mais aqui. Porém, eu digo assim, nós presenciamos algumas coisas e começamos a estudar como fazer para melhorar isso, para resolver, e vimos que faltava instrumento, até que, finalmente, apareceu o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). E aí, por paradoxal que pareça, dentro do Conselho, todos são conselheiros. Não tem essa questão de hierarquia interna e o Conselho, então, ele vai, decide, pode determinar a punição e fazer acontecer. Um promotor nomeado conselheiro participa do processo disciplinar de alguém que, internamente, estaria num cargo superior hierarquicamente. Discute-se, depois, judicialmente, mas o colega já vai ficar fragilizado naquela conduta, diante de um determinado contexto e de um órgão externo da sua Instituição. É complicado isso, mas o CNMP veio fortalecer o Ministério Público. Fortaleceu demais o Ministério

Público. Às vezes, até ultrapassou um pouco os seus limites, invadindo áreas administrativas que não deveria, mas no final, sempre que se começa alguma coisa após algum tempo tem esses ajustes, e eu acho que hoje, o Conselho tem um trabalho relevante.

Memória MPM – Algo mais que o senhor queira deixar registrado?

Mário Sérgio Marques Soares – Não, depois a gente vai relembrando das coisas, né? Enfim...

Memória MPM – Doutor Mário Sérgio, muito obrigado por seu depoimento.